

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BRUNO JOHNSON SOARES**

**RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS E CUBA: DA CONSTRUÇÃO DO  
IMPERIALISMOS AMERICANO À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

**Porto Alegre**

**2016**

**BRUNO JOHNSON SOARES**

**RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS E CUBA: DA CONSTRUÇÃO DO  
IMPERIALISMO AMERICANO À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção  
do título Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés  
Ernesto Ferrari Haines

**Porto Alegre**

**2016**

**BRUNO JOHNSON SOARES**

**RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS E CUBA: DA CONSTRUÇÃO DO  
IMPERIALISMO AMERICANO À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção  
do título Bacharel em Relações  
Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Difícil é a tarefa de agradecer a todos.

Primeiramente, dirijo meus agradecimentos aos meus pais, Clayton Ricardo e Ana Cláudia, que estiveram sempre presentes desde o início dos meus estudos e que jamais mediram esforços para me propiciar a melhor educação possível. Dedicaram tempo e atenção nesta tarefa e abriram portas para ajudar a expandir meus horizontes; me desafiaram e me questionaram para que formasse minha opinião. Obrigado, vocês são exemplos que carrego comigo.

Gostaria de estender estes agradecimentos também aos meus demais familiares – irmão, tios, avôs, primos... família grande e unida que me ensinou (e ainda ensina) a valorizar a importância dos vínculos familiares. Em tempo, quero agradecer, muito especialmente, a minha vó Ilma cuja presença já não se faz mais sentir fisicamente, mas que creio, estará sempre comigo: exemplo de carinho e afeto. Obrigado.

Além disso, desejaria agradecer, nominalmente, a alguns amigos sem os quais este trabalho não seria possível: ao André França, por ser disponível e solícito; ao André Plass, por tantos motivos que não elencarei; à Andrea, pelo suporte; à Professora Jacqueline, pelas ajudas nos processos burocráticos; à Maria Giovana, por me lembrar de certos prazos; à Mirela, pelo “up”; à Virgínia, por me emprestar a “sua biblioteca”. Gostaria de agradecer muito fortemente às “*Man@s*”, às minhas “Bigodudas”, aos meus “Gurus” e aos “Regaleiros”. Por fim, agradeço a todos meus amigos mais próximos que entenderam minha ausência nos últimos meses. Obrigado.

Quero agradecer em especial ao meu orientador, Professor Andrés Ernesto Ferrari Haines, por ter aceitado esta empreitada comigo e por ter sido tão solícito e cuidadoso; amplio estes agradecimentos aos professores da minha banca avaliadora.

Por fim, não posso deixar de agradecer à UFRGS e à sociedade brasileira. À primeira, por me ensinar sobre a vida acadêmica e me propiciar um ambiente de excelência em pesquisa e em estudos; à segunda, por sustentar com luta, trabalho e dedicação o Estado brasileiro (mesmo nos tempos em que vivemos) e, assim, possibilitar a educação a que tive acesso. Estendo o agradecimento aos estudantes do Brasil, às ocupações, às minorias e a todos que lutam pela melhoria da educação brasileira: que o privilégio que tive de estudar gratuitamente numa faculdade pública de excelência seja ampliado à maioria da população e mantenha-se um direito garantido a todos. Obrigado e #ForaTemer

*“Se apenas houvesse uma  
única verdade, não poderiam pintar-se  
cem telas sobre o mesmo tema.”*

(Pablo Picasso)

## RESUMO

Objetiva-se, através deste estudo, analisar a construção da política externa dos Estados Unidos para a América Latina e Caribe tendo como foco central as suas consequências e os seus desdobramentos pra Cuba, tendo em consideração ser esta ilha a representação máxima do expansionismo e do imperialismo americano. Para executar esta tarefa, foi realizado o estudo de documentos e fontes primárias; a revisão histórica sobre os conceitos centrais de política externa americana; e a revisão bibliográfica sobre o imperialismo e intervencionismo americanos na América Latina e Caribe tendo como foco as consequências da Guerra Hispano-Americana e, assim, discutir sobre as intenções americanas para Cuba. Procura-se demonstrar a intenção americana de dominar e expandir sua influência em nível mundial, sendo assim, , busca-se ressaltar a importância da Guerra entre Espanha e Estados Unidos (no final do Século XIX e início do XX) para este feito e, comparativamente, analisar as diferenças essenciais no plano imperialista americana para Cuba e para as demais regiões adquiridas no Tratado de Paz de Paris (1898) – Guam, Filipinas e Porto Rico. Esta comparação serve para responder a pergunta principal sobre o porquê de os Estados Unidos não terem anexado Cuba, em contrapartida, as anexações dos demais territórios.

**Palavras-chave:** Imperialismo americano, Emenda Platt, Guerra Hispano-Americana, independência cubana, política externa americana para a América Latina.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the construction of the United States' foreign policy in Latin America and the Caribbean, focusing its efforts on its consequences for Cuba, considering that this island is the maximum representation of the American expansionism and Imperialism. To perform this task, the study of primary documents and sources was carried out; as long as the historical review of the central concepts of American foreign policy; and also, the bibliographic review of US imperialism and interventionism in Latin America and the Caribbean, focusing on the consequences of the Spanish-American War and thus discussing US intentions for Cuba. This paper seeks to demonstrate the American intention to dominate and expand its influence on a world level, thus, it is sought to emphasize the importance of the War between Spain and the United States (in the end of the 19<sup>th</sup> century and in the beginning of the 20<sup>th</sup> century) for this achievement and, comparatively, to analyze the essential differences in the American imperialist plan for Cuba and for the other regions acquired in the Treaty of Peace of Paris (1898) - Guam, Philippines and Puerto Rico. This comparison serves to answer the main question about why the United States did not annex Cuba, in contrast of the annexations of the other territories.

**Keywords:** American Imperialism, Platt Amendment, Hispano-American War, Cuban Independence, American Foreign Policy for Latin America.

## SUMÁRIO

---

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>2</b>  |
| 1.1. QUESTIONAMENTOS DA PESQUISA E REFERENCIAL TEÓRICO .....                            | 2         |
| <b>2. ESTADOS UNIDOS: FORMAÇÃO DA POLÍTICA IMPERIALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b> | <b>7</b>  |
| 2.1. CONCEITOS DE POLÍTICA EXTERNA AMERICANA .....                                      | 7         |
| 2.2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA VISÃO DE POLÍTICA EXTERNA AMERICANA .....                  | 21        |
| 2.3. A REGIÃO DO CARIBE SOB A ÓTICA DO IMPERIALISMO AMERICANO.....                      | 31        |
| <b>3. INVESTIDAS AMERICANAS SOBRE OS TERRITÓRIOS DA ESPANHA COLONIAL .....</b>          | <b>37</b> |
| 3.1. O INTERESSE AMERICANO PELA REGIÃO DO CARIBE .....                                  | 37        |
| 3.2. GUERRA HISPANO-AMERICANA: IMPERIALISMO AMERICANO NO CARIBE E NO PACÍFICO .....     | 50        |
| <b>4. AS CONSEQUÊNCIAS DAS GUERRA HISPANO-AMERICANA PARA CUBA .....</b>                 | <b>57</b> |
| 4.1. CUBA: A EMENDA PLATT, A INDEPENDÊNCIA TUTELADA E O PERÍODO DO PROTETORADO .....    | 57        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO .....</b>  | <b>70</b> |
| <b>6. ANEXOS .....</b>  | <b>75</b> |
| 6.1. EMENDA PLATT, 1902 .....   | 75        |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>77</b> |
| <b>FONTES.....</b>  | <b>79</b> |

---

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Questionamentos da Pesquisa e Referencial Teórico

A América Latina, em sua história, está essencialmente ligada a dois fatores: primeiramente à Europa e, posteriormente aos Estados Unidos. No período colonial, os vice-reinos que aqui existiam mantinham relações somente com a sua metrópole, o que influenciou a estrutura social e política local; num segundo período, de lutas pela independência, muitos países latino-americanos se viram fortemente ligados aos Estados Unidos, como forma de se proteger dos interesses europeus, escorregando, assim, para a esfera de influência americana que se aprofundará ao longo dos séculos; sendo assim, a expansão e a consolidação do gigante norte-americano, no âmbito global, influenciou deveras os rumos dos países vizinhos da América Central, do Caribe e da América do Sul. Estas relações, por sua vez, ao longo dos anos, foram marcadas mais por conflito do que por diálogo, o que estabeleceu uma separação considerável entre a América Latina e a América do norte.

Desta forma, é importante entender como os americanos concebem a América Latina e quais são seus interesses na região para compreendermos a estrutura das relações existentes entre estes países e os Estados Unidos. Durante a concepção da política externa americana, a América Latina figurou como elemento primordial: os norte-americanos, desde sua independência, já demonstravam interesse pela região. Ao longo dos séculos, a lógica subjacente para este interesse muda de figura: primeiramente ligada ao ímpeto expansionista, em que os EUA procuram anexar certos territórios à região – e como de fato o fizeram – se transforma em uma condição imperialista, sob a qual os EUA deveriam defender sua primazia sobre a região e, assim, controlá-la sem, no entanto, a anexação de novos territórios. Esta

mudança na concepção pode ser entendida através do estudo dos conceitos de política externa e de auto-crença que os norte-americanos têm sobre sua sociedade e suas instituições políticas, ou seja, o interesse expansionista americano sempre esteve voltando para o Caribe.

Neste âmbito, Cuba desponta como matéria de interesse para esta pesquisa, visto que a política externa americana desde os primórdios da construção desta nação já defendia a anexação desta ilha caribenha à união americana. Dito isto, ao final do século XIX e início do século XX, os EUA afirmavam sua primazia no continente americano afastando as potências europeias e impondo um imperialismo na região – fruto de uma construção interna americana de um olhar sobre os seus princípios e necessidades como nação.

Neste período, eclode a Guerra Hispano-Americana que será um divisor de águas na política externa americana e, quando do final desta, Cuba – havia muito tempo defendida como imprescindível à segurança americana – não é anexada à união estadunidense e, sim, é colocado sob o domínio americano, mas mantendo um *status* de país independente. Por outro lado, os territórios espanhóis das Filipinas, Guam, Porto Rico e até o Havaí, são anexados aos EUA.

Esta situação, contrariamente ao que se poderia esperar em primeira análise, gera uma dúvida sobre as motivações americanas para estas anexações e para a opção da criação de um território protetorado na ilha de Cuba. Assim sendo, partimos da hipótese de que Cuba, no início do século XX, é a representação da expansão americana e do imperialismo que se materializou sobre a região caribenha e sul-americana sob a égide estadunidense. Para tal, é necessário entender a evolução do pensamento interno aos Estados Unidos sobre a concepção para a América Latina e, principalmente, Cuba.

Desta forma, o ponto de partida teórico deste trabalho é a proposição de John Dobson em procurar no tempo a fonte ou as declarações iniciais da política externa americana para entender como ela influenciou as ações subsequentes. Para este fim, através primeiramente de uma revisão histórica, abordam-se e instrumentalizam-se conceitos amplos – como o destino manifesto e a peculiaridade da nação americana – para identificar como eles se transformam ao longo de tempo e se tornam ações dos Estados Unidos contra os seus vizinhos até a concepção formal do imperialismo.

À medida que tais conceitos se enraizavam na sociedade e na política norte-americana, tornam-se evidentes – através de suas ações e de suas movimentações – a política interna e externa e as motivações dos EUA no curso da política externa norte-americana revelando que certas localidades geográficas – como Cuba – atraíram a atenção americana. Portanto, a fim de compreender os limites dos conceitos americanos e suas ações em relação a Cuba, somente a revisão histórica dos conceitos americanos não nos serve.

É necessário abordar historicamente a evolução do pensamento americano em duas frentes: primeiro, sobre a construção da nação para entender alguns conceitos-chaves para a afirmação do futuro imperialismo e da base do expansionismo americano; segundo, a construção da visão histórica dos americanos para América Latina, especialmente, Cuba; e, por fim, uma análise da Guerra Hispano-Americana para fins de entender o posicionamento dos EUA frente às potências europeias e fazer uma pequena comparação com a situação do Pacífico, a fim de entender o porquê da não anexação Cubana ao fim da citada guerra.

Ainda, a fim de levantar e sustentar uma argumentação sobre a razão dos rumos pós guerra Hispano-Americana, é necessário fazer uma revisão bibliográfica para encontrar, na literatura, o motivo que levou os Estados Unidos a não anexarem a

ilha de Cuba – há tanto tempo desejada e em diversos momentos manifestada como primordial à segurança americana – e anexarem territórios espanhóis no Pacífico. Através do estudo dos conceitos e da literatura de autores como Ayerbe, Schoultz e McPherson, podemos perceber o posicionamento americano frente à questão e, assim, chegarmos a uma conclusão instrumentalizada.

Este trabalho, portanto, encontra-se dividido em três partes: na primeira parte, foi realizado um estudo dos conceitos norte-americanos de política externa, situados no tempo, a fim de possibilitar o entendimento das ações externas norte-americanas. O estudo em questão irá percorrer parte do século XX, todo século XIX e chegando ao início do século XX e será dividido em três etapas, conforme a proposição de John Dobson: a primeira vai de 1776, quando da independência americana, até 1860 e esta fase será denominada de *Construção da Política Externa*, fase que a nascente nação dá os primeiros passos em questões extraterritoriais. A segunda fase, compreendendo de 1860 até 1880, denominada de *Expansão e Guerra Civil* é a fase em que nascem conceitos derivados do processo de expansão e de reconstrução da sociedade norte-americana. Por fim, o último período, denominada de *Nascimento da Grande Potência*, encontramos os conceitos necessários a entender a criação das bases do imperialismo americano, como forma de dominar e garantir-se como potência regional e global. Compreendidos os conceitos necessário, a análise é diminuída para a construção histórica – sublinhando elementos da formação norte-americana – para, por fim, desenharmos os desdobramentos na questão regional caribenha.

A segunda parte, aborda a Guerra Hispano-Americana em duas perspectivas: primeiramente a perspectiva do interesse norte-americana pela região do Caribe, e especialmente em Cuba, a evolução histórica da consolidação dos EUA como potencia hegemônica nos Caribe e no Pacífico. Ao mesmo tempo, procura-se mostrar

que o interesse norte-americano pela ilha de Cuba sempre esteve no horizonte da ação americana, desde os primórdios desta nação, procurando deixar claro que controlar esta ilha era uma visão de política externa norte-americana. Para este intento, revisamos a bibliografia sobre o assunto procurando por discurso e documentos que mostrem esta intenção.

Na terceira e última parte, o trabalho empenha sua análise nas consequências da Guerra Hispano-Americana para a região de Cuba, procurando evidenciar que esta ilha representa o auge da expansão norte-americana. Para isto, além da revisão histórica e bibliográfica, empenhamos certa força na análise de fontes primárias – tais quais a Emenda Platt e o Tratado de Reciprocidade Comercial – e, assim, compreender os limites das relações entre Cuba e os Estados Unidos e vislumbrar a dominação norte-americana. Neste ponto, deseja-se mostrar que os desdobramentos da visão americana para a região levaram os EUA a constituírem em Cuba um território protetorado sem, no entanto, adicioná-lo a federação dos estados americanos. Ainda, esta análise mostra como estes fatos foram determinantes para que os Estados Unidos despontassem como um poder imperialista a nível mundial – e marcadamente regional.

Por fim, nas conclusões e nas considerações finais, debate-se sobre as diferenças encontradas no desenrolar da Guerra entre Espanha e Estados Unidos para o Pacífico e para Cuba. Através dos conceitos estudados ao longo do trabalho e de seus desdobramento apresentados no corpo desta monografia podemos concluir a motivação americana pela criação do território protetorado, ao contrário do que se possa esperar, e vislumbrar Cuba como a expressão máxima da dominação e da expansão norte-americana.

## 2. ESTADOS UNIDOS: FORMAÇÃO DA POLÍTICA IMPERIALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS

### 2.1. Conceitos de Política Externa Americana

Para entender as consequências para Cuba após sua independência, as suas relações com os Estados Unidos e a não anexação da ilha cubana por parte destes, devemos retroceder a análise alguns anos e procurar as origens do imperialismo americano e, assim, dos interesses destes sobre a região do Caribe e, em especial, Cuba. Desta feita, este capítulo buscará analisar as características anteriores à mudança de postura dos EUA em relação à política externa: do isolacionismo ao imperialismo regional - e compreender as raízes deste imperialismo. Para tanto, utilizamos como referencial histórico-metodológico origens e conceitos da política externa americana e como ela, subsequentemente, influenciou ações dos EUA.

Guiando-se pela divisão proposta por Dobson (2009), serão apresentados os conceitos de política externa das três fases relacionadas à nossa temática, delineadas pelo autor: o período que compreende os anos de 1776 a 1830 nomeado de *“Invenção da Política Externa”*, passando pelos anos de 1830 até 1880 sendo a fase da *“Expansionismo e Guerra Civil”* e finalizando com a fase que vai de 1880 a 1914 denominada o *“Nascimento da Grande Potência”*, período em que há, mais fortemente, a presença americana no Caribe e uma maior pressão aos estados latinos.

É patente resolver que, ainda que existam muitos conceitos de política externa americana, recolheu-se para este trabalho apenas aqueles que dizem respeito à construção do imperialismo americano para a América Latina – e assim sendo, para Cuba.

Os colonos que viviam nas Treze Colônias na América do Norte estavam submetidos à Inglaterra e, com o tempo, concluíram que as ações inglesas para as colônias causavam grandes prejuízos. Sendo assim, neste período, as colônias desenvolvem dispositivos para tratar a questão externa que terão consequências para a formulação da política externa nos anos seguintes; para esta análise, destacam-se os conceitos oriundos do período da independência americana: ainda que os Estados Unidos estivessem sofrendo uma crise econômica nos anos seguintes à guerra de independência, os EUA, agora independentes, necessitaram, repetidas vezes, reiterar sua independência frente à Europa.

Devido às consequências da Revolução Francesa e da disputa que se acirrava entre Inglaterra e França - mantendo em vista a sua árdua disputa pela emancipação do jugo europeu - um dos objetivos da política norte-americana se tornou, após a revolução americana, estabelecer uma ruptura branda em relação à Europa. Sendo assim, os Estados Unidos optaram por uma política de neutralidade frente aos acontecimentos entre a Inglaterra e a França estabelecida pelo presidente George Washington, em 1793, através da sua Proclamação da Neutralidade, nas palavras da Proclamação

Considerando que parece existir um estado permanente de guerra entre a Áustria, a Prússia, a Sardenha, a Grã-Bretanha e os Países Baixos unidos, por um lado, e a França, por outro; o dever e o interesse dos Estados Unidos requer que os EUA, com sinceridade e boa fé, adotem e persigam uma conduta amigável e imparcial em relação às Potências beligerantes (DOBSON, 2009, p. 27 – tradução própria)

Nota-se, portanto, que os EUA se colocam imparcial em relação aos estados beligerantes europeus, ação que será o padrão americano nos anos que se seguem - mesmo com a vitória de Jefferson, em 1800, político intimamente ligado à França<sup>1</sup> –

---

<sup>1</sup> Thomas Jefferson foi simpático à Revolução Francesa e, muitas vezes, acusado de radical, devido a isto.

tornando-se um forte posicionamento americano capaz de transcender mais de cem anos visto que, na eclosão da Primeira Guerra, o presidente Woodrow Wilson evocou a tradição de neutralidade para manter os Estados Unidos longe do conflito (DOBSON, 2009).

Não demorou muito após a declaração da neutralidade para que surgisse um grupo beligerante e defensor de uma política mais confrontadora em relação à Inglaterra, os chamados War Hawks – responsáveis por desencadear a guerra de 1812 entre EUA e Grã-Bretanha. Este grupo ganhou força no cenário político americano clamando por uma postura agressiva contra a Inglaterra: eles viam na Inglaterra o inimigo contra a nação americana, seja devido a pressões econômicas inglesas, seja devido à participação e apoio britânicos nos levantes indígenas que aconteciam no oeste – ainda que nada tenha sido comprovado (DOBSON, 2007). Este grupo, portanto, passou a defender, como um de seus objetivos principais, a expansão territorial americana, como forma de fortalecer a economia, de defender as terras à oeste da ameaça indígena – sem jamais estender a relação de cidadania aos índios locais – e de confrontar a presença britânica no continente. Conforme pode-se perceber na Mensagem do Presidente Monroe ao Congresso em 1812

Ao examinar a conduta da Grã-Bretanha em relação aos Estados Unidos, nossa atenção é necessariamente atraída para a guerra que acaba de ser renovada pelos selvagens em uma de nossas extensas fronteiras, uma guerra que é conhecida por não poupar nem idade nem sexo e ser distinta com características peculiarmente chocantes para a humanidade. É difícil explicar as atividades e combinações que há algum tempo vêm se desenvolvendo entre tribos em constante intercuro com comerciantes e guarnições militares britânicas sem conectar sua hostilidade com essa influência e sem se lembrar dos exemplos autenticados de tais interposições até agora fornecidos pela Oficiais e agentes desse Governo. Percebemos, por fim, do lado da Grã-Bretanha, um estado de guerra contra os Estados Unidos e, do lado dos Estados Unidos, um estado de paz em direção à Grã-Bretanha (...) (DOBSON, 2009, p. 58 – tradução própria)

Na esteira dos avanços americanos em política externa, sob a égide da neutralidade defendida por Washington (continuada pelos demais regentes da nação)

e da necessidade de expansão, o presidente James Monroe, em 1823, em sua mensagem anual para o congresso estabelece a Doutrina Monroe capaz de defender claramente o posicionamento americano para os demais países, marcadamente as potências europeias, o que influenciará substancialmente a política norte americana nos anos seguintes.

Sendo assim, conforme a proposição de Dobson, 2009, a Doutrina Monroe marca o início do segundo período da história americana, na questão externa, nomeado “*Expansionismo e Guerra Civil*” período este que, assentado sobre conceitos fortes de ação externa, criará desdobramentos para as sociedades caribenhas e latinas. Como destaca Dobson (2009), já em 1830 os Estados Unidos estavam em posição de poder seguir a política externa que escolheram para si próprios em vez de simplesmente reagir às forças externas. Crescia, no imaginário americano, a crença de que o sistema político vigente na sua nação era um ideal e deveria servir de modelo para todos os demais estados e que os Estados Unidos eram um povo eleito por Deus, com qualidades singulares destinados a cumprir a missão civilizatória (RAMOS, 2007) e expandir-se inevitavelmente. Esta crença ganhou reconhecimento popular com o Destino Manifesto de meados da década de 1840 e, portanto, foi usada neste período em diante não só para justificar os atos expansionistas americano como também serviu a movimentos diplomáticos enérgicos.

As questões territoriais se alongavam desde a independência americana e, em meados do século XIX, elas se transfiguravam de mera defesas de fronteiras à expansão constante das linhas fronteiriças, denominadas na política americana como as *fronteiras naturais* dos Estados Unidos (de costa à costa). Conforme Karnal (2007), duas áreas atraíam, primeiramente, a atenção especial dos EUA: a região do Oregon e as terras poucos povoadas do norte do México. A primeira delas foi

manifestada interesse, já no final dos anos 1700, através do *Oregon Claim* – através do qual os EUA defenderam e conseguiram sua reivindicação da atual região do Oregon, o que resultou na *Oregon Fever* ; a segunda, por sua vez, levou a Revolução do México e à Guerra do México. Na mesma linha, as intenções expansionistas americanas se desenrolariam, alguns anos depois, em direção Sul e aos territórios caribenhos, explicitado pelo Manifesto Ostend – que defendia a compra e anexação de Cuba – , e em direção ao norte, culminando com a compra do Alasca. Nota-se, pois, a conceitualização destes anseios na política americana.

Primeiramente, devemos conceituar a “*fronteira natural*”: desde a independência e com a criação da União, os americanos naturalmente se lançaram em expedições expansionistas. Porém, de acordo com Dobson, dada a imensidão do oeste e sua população extremamente esparsa, os limites de tal expansão não foram claros desde o início, sendo assim, a solução que despontou, primeiramente, seria das fronteiras naturais - sejam rios, encostas, mares etc. Foi este sentimento, alinhado com o Destino Manifesto, que levará os Estados Unidos a dominar a Califórnia e o Oregon - e chegar, a partir do Atlântico, no Pacífico –, depois, se voltar para os domínios espanhóis, primeiramente a compra da Flórida e, posteriormente, a compra da Louisiana dos franceses.

Foi neste ínterim que, concomitantemente, os Estados Unidos reivindicam posições no Oregon – através do Oregon Claims – e conquistam esta região – pela Oregon Fever. Desde 1400 diversas nações reivindicam a região do Oregon: Espanha, França, Grã-Bretanha e, depois, EUA. No entanto, nenhuma destas duas posições avançou sumariamente no intento de dominar e povoar esta porção do território. Com a independência americana e a posterior expansão para o Oeste, EUA e Inglaterra entram em choque de novo, desta vez, sobre as definições da incorporação do Oregon,

ao passo que a Inglaterra procurava estabelecer-se nesta região, os EUA, expulsar a Inglaterra, assim os americanos reivindicavam fortemente sua primazia, verso a Inglaterra. Conforme explica Dobson (2009),

quando a guerra de 1812 estourou, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha esperavam expandir suas participações na América do Norte. Um navio da Marinha Real, o HMS *Racoon*, navegou até a costa oeste com ordens para apoderar-se do posto avançado americano [Astoria]. Quando o navio chegou, seu capitão encontrou cidadãos britânicos já no comando. Mas ele tinha suas ordens e pretendia segui-las, por isso insistiu que o grupo em Fort George entregasse formalmente o forte à Marinha Britânica.

Mostrando que a disputa pela região já vinha se arrastando há alguns anos, visto a existência de postos e cidades tanto americanas quanto inglesas na região, o mesmo autor continua, mostrando que ao fim da guerra foi procurado solucionar o impasse

O Tratado de Gante que terminou a Guerra de 1812 baseou-se no princípio do *status quo antebellum*. Isso significava que tanto a Grã-Bretanha como os Estados Unidos eram obrigados a restaurar qualquer território capturado. Citando as ações do *Racoon*, o presidente James Madison insistiu que Fort George [Astoria] fosse devolvido aos Estados Unidos, mesmo que o próprio Astor [fundador de Astoria] não tivesse intenção de mantê-lo.

Nos anos que se seguiram, os EUA – contrariando o tratado estabelecido – paulatinamente recuperavam o território, mas a questão, no decorrer do século, por vezes torna a figurar nas discussões anglo-americanas, sendo proposto a divisão do território entre os EUA e a Inglaterra diversas vezes para, por fim, a *Oregon Fever* fazer pender para o lado dos americanos a balança de poder.

Assim sendo, devido à longa data de indecisões sobre a região do atual estado do Oregon, a questão territorial desta região emerge no centro da vida política americana em meados do século XIX como uma questão de soberania e patriotismo (Dobson, 2009). A plataforma Democrata, defendida por James Polk, do período de 1844-46 dizia

Resolveu-se que nosso título para todo o território do Oregon é claro e inquestionável; Que nenhuma porção do mesmo deveria ser cedida à Inglaterra ou a qualquer outro poder; E que a reocupação de Oregon e a re-

anexação do Texas no período mais próximo possível são grandes medidas americanas, que esta convenção recomenda ao apoio cordial da Democracia da União (...) (DOBSON, 2009 – tradução própria).

O trecho acima demonstra a visão expansionista aliada a crença da fronteira natural dos Estados Unidos, defendendo, com conceitos oriundos do Destino Manifesto, a necessidade de expandir e dominar o oeste americano. Disto resultará, obrigatoriamente, o enfrentamento com o México, a Revolução Texana e a incorporação do norte do México.

A investida americana apoiou a Revolução Texana, permitindo que os texanos formassem uma república independente em 1835, e posteriormente a anexação aos Estados Unidos. O crescente conflito entre os estados do Norte e do Sul a respeito da escravidão complicou o processo a ponto de exigir uma resolução conjunta para a anexação (DOBSON, 2009). Além do apelo geral ao Destino Manifesto e da plataforma Democrata, a anexação do Texas foi encorajada, também, por um desconforto na opinião pública americana pela quantidade de negros nos EUA, pois, conforme explica Schoultz (2000), na década de 1840 uma engenhosa campanha encabeçada por ativistas pró-escravidão propagava a ideia de que os escravos libertos gerariam pressões sociais nos estados do norte. Devido a isto, segundo o mesmo autor, a anexação do Texas foi aceita pelos estados do norte que, ainda que não fossem entusiastas do expansionismo americano, não estavam dispostos a conceder um lugar para os negros em sua sociedade. As questões da anexação causaram tanto desconforto entre os Estados Unidos e México que, apenas um ano depois, a guerra mexicana estourou: as vitórias americanas nesse conflito, ao final, forçaram o México a ceder os territórios do que hoje é o Novo México e a Califórnia, cumprindo, assim o Destino Manifesto.

Seguindo a mesma linha do movimento de expansão baseada no Destino Manifesto, em 1852, três diplomatas americanos – Pierre Soulé, James Buchanan e

John Mason – declaram o Manifesto de Ostende, aconselhando os Estados Unidos a adquirir Cuba, com emprego da força se necessário, alegando que esta incorporação era inevitável e natural (SYRETT, 1960). Segundo Dobson (2009), ainda que as intenções de incorporação remontem a um bocado de anos antes,

a força do Destino Manifesto impulsionou o interesse pela anexação de Cuba na década de 40. Se os Estados Unidos iriam cumprir sua missão divina de englobar o Canadá, o México e mesmo a América Central, Cuba não poderia ser excluída (p. 118-9 – tradução própria).

Este período ajudou a fortalecer as instituições americanas, a crença de excepcionalidade e o Destino Manifesto mas, por outro lado, gerou distorções enormes no seio da sociedade americana. A forte polarização a respeito da escravidão e da necessidade de livre mercado opõe dois lados antagônicos a ponto de jogar os Estados Unidos em uma guerra civil que, ao seu final, lança novos desafios: a necessidade de manter a União, de expandir o mercado e o sistema financeiro e de resolver as distorções geradas pela guerra (KARNAL *et al*, 2007).

Durante a reconstrução, a atenção dos EUA concentrou-se principalmente nos assuntos domésticos e, à medida que essas distorções eram sanadas, a nação americana pode mais uma vez olhar para fora. Segundo Dobson (2009) *os americanos começaram a observar, no final do século XIX, uma nova era do imperialismo*, pois as potências europeias se esforçavam em incorporar sob seus domínios grande parte do restante do mundo exigindo uma postura dos EUA. Desta forma, previsivelmente, os norte-americanos reavivam suas ambições expansionistas com o Novo Destino Manifesto; um impulso que agora defendia que os Estados Unidos gozavam da missão de promover e de proteger a democracia em todo o mundo.

Posta a necessidade de se expandir para o Sul e defender sua primazia sobre a América, os Estados Unidos promovem a Doutrina Monroe (1845) e na década de 1880, este sentimento missionário – proposto pelo Destino Manifesto - encorajou o

Secretário de Estado James Blaine a promover o Pan-Americanismo (DOBSON, 2009), que seria a criação de um conjunto mais formal de vínculos e relações entre as nações do Hemisfério Ocidental, marcadamente das Américas (KARNAL *et al*, 2007). Todavia, estes esforços eram pouco frutíferos, em grande parte porque os latino-americanos acreditavam que tal iniciativa se originava principalmente de motivos egoístas de promoção dos EUA, conforme coloca Dobson (2009), pelo qual os EUA fariam *a dominação dos sistemas econômicos e políticos da região*, crença reforçada pela imposição de tarifas protecionistas americanas desencorajando os vínculos propostos.

Outro legado importante da Guerra Civil foi desenvolver e dar força a um grupo de postura agressiva e belicosa: os *jingoês*. Portanto, ao fim da Guerra Americana, importantes características da sociedade americana emergirão: a missão – dado pelo novo destino manifesto – os sentimentos jingoístas e a Doutrina Monroe que, combinados, serão as bases para as ações dos EUA na sua região nos anos seguintes.

Sendo assim, após os anos de fortalecimento das ideias expansionistas e de superioridade da nação americana, chegamos a nossa análise na última partição proposta por Dobson (2009), a era do *Nascimento da Grande Potência* que compreende os anos de 1880 a 1914, período em que os Estados Unidos participarão ativamente no cenário da América Latina e sua região. Para isto, seguimos a lógica anterior e discutimos os interesses externos americanos e seus desdobramentos na conceitualização da política em prol de alcançá-los.

Neste ínterim, esta fase do pós-Guerra começa com a necessidade de decidir sobre os rumos da política na América: segundo Dobson (2009) o primeiro desafio será a respeito de Cuba – uma vez liberada do controle espanhol – cujo debate

desencadeará em dois marcos importantes: a Emenda Teller e a Emenda Platt; outra questão importante deste período diz respeito ao controle direto dos EUA sobre o Panamá e o Canal do Panamá, também Nicarágua, Colômbia, México e Porto Rico.

Durante este período, a definição da política externa para América Latina sofre inflexões importantes seja pela diplomacia do presidente Theodore Roosevelt, enfatizando dominação política através do *Big Stick* e do *Corolário Roosevelt*, seja a abordagem do presidente William Howard Taft, favorecendo a dimensão econômica, pela *Diplomacia do Dólar* ou, ainda, pela condução do Presidente Woodrow Wilson enfatizando novamente a missão democratizante da nação americana.

Conforme a divisão de Dobson (2009), este período termina com a Grande Guerra de 1914, porém, para motivos deste trabalho, não serão analisadas questões concernentes às ações americanas no Extremo Oriente (marcadamente na China) tampouco os embates e aproximações com a Europa, ainda que muito interessantes.

Em vista de aprofundar a discussão, é necessário compreender alguns conceitos importantes supracitados. Primeiramente, é patente dizer que a Emenda Teller e a Emenda Platt serão discutidas mais a frente neste trabalho; o essencial, porém, para o objetivo desta seção, é entender que ambos os documentos são resultados diretos do aprofundamento da expansão americana para a América sobre a forma do imperialismo. Conforme Schoultz (2009), a primeira é resultado de uma disputa interna americana sobre os limites do imperialismo e é marcadamente uma herança da Guerra Civil pois impedia a incorporação de Cuba pelo americanos; a segunda, por sua vez, restringia a independência da ilha, concedendo independência formal aos cubanos e controle real aos americanos.

Conforme vimos, outra herança da Guerra Civil foram os *jingoos* (ou jingoístas), um grupo que expressava “*aggressive foreign policy attitudes or favored*

*military or naval actions*” (DOBSON, 2009, p. 154) e que contou com uma grande popularidade na vida política no final século XIX e início do século XX, sendo Theodore Roosevelt e Alfred Mahan expoentes e entusiastas desta visão. Dentre suas ambições políticas, os *jingoos* destacavam-se pela vontade de demonstrar que os Estados Unidos eram uma das grandes potências do mundo. Como vimos, a opinião pública americana – e até a opinião política – já estava convencida de que sua nação era excepcional, os *jingoos*, no entanto, vieram para adicionar que os EUA mereciam tal reconhecimento, e muitos sentiram que a guerra seria o instrumento pelo qual o prestígio internacional dos Estados Unidos seria sentido pelas demais nações, ou seja, conforme coloca Dobson (2009), “*um desejo de convencer outras nações da superioridade dos EUA definitivamente motivou os jingoos (p.155)*”.

A respeito da visão dos *jingoos*, é necessário colocar a visão de Mahan, pois sua teoria influenciará sobremaneira a política exterior americana, principalmente no que tange às anexações no pós-guerra entre Espanha e EUA. Alfred Mahan, em seu livro “*The Influence of Sea Power Upon History: 1660–1783*”, publicado enquanto presidente da *US Naval War College*, formulou seu conceito de poder marítimo: a partir de um exame dos fatores que levam uma nação a obter supremacia nos mares – especialmente como fez a Grã-Bretanha – ele identificou características como geografia, população, governo e economia para concluir que o poder marítimo advém de uma frota - tanto comercial como militar – forte e duradoura. Mahan também promove a crença de que qualquer exército sucumbirá a um forte bloqueio naval – através de análises de diversas guerras – e demonstra a necessidade da construção de uma ligação entre o Pacífico e o Atlântico e de os Estados Unidos manterem posições seguras no Pacífico como forma de melhor dialogar e relacionar-se comercialmente com o Oriente e, em especial, com a China (MAHAN, 2004).

A Guerra Hispano-Americana, a posterior política do *Big Stick* e o Corolário Roosevelt são ambos frutos desta visão diplomática belicosa e do Novo Destino Manifesto. A Guerra Hispano-Americana será tratada centralmente em uma seção específica deste trabalho; seguindo os objetivos desta seção é patente qualificar os conceitos do *Big Stick* e do *Corolário Roosevelt* e da *Diplomacia do Dólar* e suas consequências para a política externa americana. O *Big Stick* nasce após a Guerra Hispano-Americana sendo fruto desta somado à atitude jingoísta de Theodore Roosevelt e à doutrina do Destino Manifesto, nas palavras de Roosevelt “*Speak softly and carry a big stick and you will go far.*”

Essa frase serve perfeitamente de resumo sobre a política denominada *Big Stick* que, aliada com as novas dimensões do Destino Manifesto, na prática, significou manter os EUA bem preparados para a guerra ao passo que fazia um grande esforço para evitá-la, o que foi bastante evidente para a América Latina. Em diversas ocasiões a força americana militar foi usada como forma de impor sua vontade pelo medo e pela coerção na América Latina; no entanto, quando ficou evidente que potências europeias poderiam intervir nos assuntos latino-americanos – no caso da República Dominicana, para receber dívidas antigas – o presidente Roosevelt, em 1904, enunciou, em mensagem ao congresso, o que mais tarde ficaria conhecido como Corolário Roosevelt (SCHOULTZ, 2000), instrumentalizando a política do Big Stick.

Afirmando que os EUA não tinham interesse territorial que ameaçasse países latino-americanos, Roosevelt declarou que se estas nações existentes agissem “com razoável eficiência e decência”, não precisariam temer a interferências dos Estados Unidos (SYRETT, 1960). Ao agir assim, o Corolário Roosevelt procurava prevenir ameaças europeias na região do Caribe ao passo que colocava os governantes do países desta região cientes da política do Big Stick sob a qual eles “*deveriam agir em*

*acordo com as percepções dos EUA sobre democracia e proibidade (DOBSON, 2009, p. 139, tradução própria) ”.*

Da mesma forma, o Destino Manifesto se adaptava às novas demandas: ainda que amplamente baseado na crença de que os Estados Unidos era uma nação única e excepcional, favorecida por Deus, a sua nova versão incorporava a ideia de imperialismo. Também como efeito consequente da Guerra de Secessão, o Novo Destino Manifesto – da década de 1890 – trazia presente a convicção de que as instituições democráticas criadas pelos americanos tornavam a sua nação superior às demais. Assim sendo, a expansão das instituições democráticas, dos direitos dos homens e da missão de colonização de partes inferiores do mundo deveria ser levada a cabo pelos Estados Unidos, e não pelos estados europeus atrasados, pois os americanos detinham essas peculiaridades (KARNAL *et al*, 2007; DOBSON, 2009).

Por outro lado, ainda que o imperialismo e suas diversas feições fossem extremamente importantes e populares na política americana no século XIX e XX, crescia um grupo anti-imperialista de oposição a medidas expansionistas, notadamente fortes no que tange às discussões sobre a anexação do Havaí, durante o mandato de Cleveland – presidente marcadamente anti-imperialista – , mesmo ao longo do tempo em que o entusiasmo por novas anexações territoriais estava em seu máximo. No entanto, o ímpeto anti-imperialista minguou com a queda de Cleveland, presidente democrata, facilitando a vitória republicana em 1896 do novo presidente, William McKinley. A nova administração de McKinley se mostrou conservadora nas questões de política externa pois não pressionou para a anexação havaiana imediatamente (SCHOULTZ, 2000), permitindo que ela fosse adiada até a erupção da Guerra Hispano-Americana (DOBSON, 2009). Essa guerra, por sua vez, se

desenvolveu a partir da resposta jingoísta americana para uma rebelião independentista em Cuba, conforme explica Dobson, (2009),

A repressão espanhola do movimento rebelde inflou a opinião pública americana e muitos líderes republicanos – jingoístas - pediram que os Estados Unidos "ajudassem" os rebeldes a expulsar o domínio espanhol da ilha.(p.150 – tradução própria)

No congresso americano, todavia, antagonizavam-se as opiniões dos jingoístas e dos anti-imperialistas: de um lado foi aprovada a Emenda Teller – proibindo os Estados Unidos de anexarem a ilha cubana – demonstrando a eficiência e a força do grupo anti-imperialista, não favoráveis a substituição dos EUA ao papel de *overlord* Espanhol; por outro, a explosão do *USS Maine* jogou os EUA no conflito armado contra a Espanha, como forma de afirmar seu poderio militar frente às outras potências mundiais, sendo, portanto, um ponto de inflexão na política externa americana (DOBSON, 2009; KARNAL *et al*, 2007; SCHOULTZ, 2000). Como será exposto à frente, as consequências diretas desta guerra serão os rumos das Filipinas, de Cuba, de Porto Rico e de Guam. Devemos lembrar que a ideia de que os Estados Unidos devam permanecer em casa, isolados e não interferir no restante do mundo, ainda que muito ligada a Doutrina Monroe – de cunho de autodeterminação dos povos –, é uma característica marcante também entre o grupo anti-imperialista.

Retomando os rumos do século XIX, pós Guerra Hispano-Americana e a anunciação do *Big Stick* de Theodore Roosevelt, a diplomacia ianque aprofunda seu ímpeto intervencionista no governo de William Howard Taft, cuja política externa ficou batizada de *Diplomacia do Dólar*. Através desta prática, a presidência dos EUA procurou afirmar retoricamente que ajudaria as nações latinas, sob seu jugo, a gerenciar suas economias, ao passo que estendia sua autoridade e influência econômica crescentes sobre as nações vizinhas (DOBSON, 2009); ou seja, a Diplomacia do Dólar, apesar da preocupação em apaziguar o tom do diálogo em relação a sua

predecessora (o *Big Stick*) mantinha as mesmas características do imperialismo yankee. Conforme o próprio Taft, em sua mensagem anual ao Congresso em 1912,

A diplomacia da administração atual tem procurado responder às idéias modernas de relações comerciais. Esta política tem sido caracterizada como a **substituição de dólares por balas**. Ela apela tanto aos sentimentos humanitários e idealistas, aos ditames de uma política e estratégia sólidas, quanto a objetivos comerciais legítimos. É um esforço dirigido francamente ao aumento do comércio americano sob o princípio axiomático de que o **governo dos Estados Unidos estenderá todo o apoio adequado a toda e qualquer empresa americana legítima e benéfica** no exterior. (DOBSON, 2009, p. 162 – tradução e grifo próprios).

Podemos assim perceber a preocupação em diminuir o tom bélico ao passo que buscava manter e aumentar as relações de poder dos EUA com os vizinhos, basicamente, trocando de “balas” para “dólares” a relação de barganha e de força.

Assim sendo, os conceitos acima delineados são importantes para entender a condução da política externa do EUA, principalmente no que tange aos seus vizinhos do sul e, principalmente, à Cuba. Alguns dos assuntos abordados servem para melhor compreender a relação de poder e submissão – conforme coloca Schoultz (2000) – na história da política norte-americana em relação a América Latina. Visto que o tema deste trabalho é discutir os desdobramentos das relações entre Estados Unidos e Cuba, as consequências da Guerra Hispano-Americana, e a opção pela criação do território protetorado, os conceitos supra-estudados nos ajudam a localizar as ações americanas no conjunto deste tema. O próximo bloco busca apontar, fazendo uso dos conceitos já elaborados, a construção da visão de política externa americana e seus desdobramentos.

## **2.2. Construção Histórica da visão de Política Externa Americana**

O isolacionismo americano pode ser considerado, majoritariamente, como a característica mais marcantes na sua política externa do final do século XVII até o advento da Primeira Guerra, aproveitando sua condição de distanciamento geográfico

em relação às grandes potências europeias. Conforme expõe Pecequillo (2003), esta forma de se portar no sistema internacional estava ligado a uma postura unilateral nas suas relações externas, o que possibilitava autonomia perante as potências europeias do século XIX através da ausência de alianças e compromissos duradouros que cerceassem sua autonomia; em concordância com a autora, pode-se afirmar – tendo em visto o exposto na seção anterior – que esta autonomia jamais significou retirada dos assuntos exteriores, muito pelo contrário, ela possibilitou uma quantidade maior de manobra. Este isolacionismo aos poucos transfigurou para uma posição mais marcante e notadamente intervencionista, principalmente em âmbito regional.

O objetivo desta seção é, portanto, verificar a mudança de paradigma na política externa americana na passagem do século XIX para o XX – do isolacionismo ao imperialismo – principalmente sob a ótica da questão regional. Para este fim, buscar-se-á analisar e formar um panorama dos elementos formadores da opinião política americana sobre o tema e, quando necessário, resgatar elementos da formação da nação americana e de sua visão sobre os seus rumos.

Desde sua independência da Inglaterra em 1776, os Estados Unidos embarcaram em uma trajetória expansionista e desenvolvimentista: as *Treze Colônias*, base territorial fundante do país, ao final do século XIX, terão se expandido ao ponto de possuir um território por volta de onze vezes maior e com o mais poderoso parque industrial daquele momento (KARNAL *et al.*, 2007). O percurso dessa expansão é consequência direta da conduta estadunidense frente às sua visão de estado, aos territórios indígenas, aos estados latino-americanos e mesmo as potências europeias.

Primeiramente, para analisar os acontecimentos supramencionados, devemos regredir à independência e resgatar a construção da união das Trezes Colônias em torno de um país. As sociedades coloniais americanas guardavam grande autonomia e

independência política entre si, não sendo portanto um corpo político e social uníssono; o único período de coesão e união destas sociedades foi durante as guerras de independências e na identificação de um inimigo comum – a metrópole – e de um objetivo coletivo – a independência – portanto, uma vez independentes a união tenderia a desaparecer.

Conforme coloca Karnal et al. (2007), na época da independência

não havia na América do Norte, de forma alguma, uma nação unificada contra a Inglaterra. Na verdade, as treze colônias não se uniram por um sentimento nacional, mas por um sentimento antibritânico” (p. 82)

e mesmo este sentimento de independência não foi unânime desde o princípio: as colônias do Sul eram mais resistentes ao processo de separação – por motivos que não cabem aqui ser discutidos – e em todas as colônias temia-se que os movimentos de independência gerassem um conflito interno incontrolável (KARNAL *et al.*, 2007). Sendo assim, após a independência, o desafio que se lança para criação da sociedade americana é, portanto, unir através do discurso da identidade nacional uma população claramente diversificada e sem coesão interna.

Conforme se pode perceber na Carta de Independência, aspectos como a liberdade, a democracia e a defesa dos direitos do homem, misturados com princípios religiosos, são aos princípios amplamente defendido e norteadores da nova sociedade, percebe-se

“Consideramos as seguintes verdades evidentes por si mesmas, a saber, que **todos os homens são criados iguais, dotados do Criador de certos direitos inalienáveis**, entre os quais figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. (...) Nós, portanto, representantes dos Estados Unidos da América, em congresso geral, reunindo, **pedindo ao Juiz Supremo do mundo que dê testemunho da retidão das nossas intenções** (...) (SYRETT, 1960, pg.65-67 – grifo próprio)

Porém, ainda assim, estes princípios amplamente difundidos não resulta em coesão social. O trabalho de construção de identidade foi bastante longo pois, segundo o historiador Joyce Appleby, houve uma geração inteira que precisou se

conscientizar de que era americana e, portanto, absorver os novos valores republicanos, democráticos e de independência (Apud KARNAL *et al.*, 2007). A marca tanto dessa identidade nacional quando dos resquícios da diversidade é a frase *Pluribus Unum* – usada em diversos símbolos nacionais americanos – que, do latim, significa “de muitos, um<sup>2</sup>”, mostrando o surgimento de uma unidade em torno de *um* país nascido *de muitas* colônias.

Ainda sobre a criação da identidade nacional o historiador Fernando Catroga (Apud RAMOS; MIRANDA, 2007) chama a atenção para o aspecto do que ele denomina de religião civil - encontrando uma grande influência de Rousseau para esta criação de identidade nacional, em comparação à influência de Locke na carta de independência e na Constituição. Ele afirma:

(...) nos Estados Unidos, existe uma religião civil estabelecida, a qual, embora não esteja organizada como Igreja, tem um papel fundamental na produção e reprodução do consenso nacional e social, tarefa tanto mais necessária quanto mais se trate de uma sociedade de imigrantes.

Posto isso, a religião civil, como é tratada pelo autor, serve como o elemento unificador: a apropriação de elementos morais e religiosos, comuns e já existente (principalmente originários do Protestantismo) na sociedade colonial estadunidense, colocados no centro da sociedade civil unifica, difunde e legitima a nova nação e seu povo, num processo denominada por Hobsbawm (1984) de tradição inventada. Ele escreve:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou

---

<sup>2</sup> Traduzido do Inglês: “Out of many, one”.

estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

Esta tradição inventada, abarcando princípios morais e religiosos, que transcendem e percorrem a história dos Estados Unidos, transfigura-se, vez ou outra, em ações e em políticas de Estado com legitimidade perante a totalidade de população; portanto, formou-se assim um país com uma auto-visão de democrático, de auto-construído, de independente, de autossuficiente e, principalmente, de uma nação criada e guiada por pessoas virtuosas em direção ao progresso (KARNAL *et al.*, 2007).

Na esteira da independência, assentados como um país centralizado (ainda que com peso diminuído) divididos em estados confederados nos moldes republicanos, os Estados Unidos puderam ao mesmo tempo adotar uma postura isolacionista em relação às grandes potências europeias (e em relação as colônias destas na América), e, também, expansionista em relação a seu próprio continente. Isto se deu por que externamente, no final do século XIX, a Europa esta envolta às Guerras Napoleônicas e, por este motivo, as potências europeias estavam priorizando os combates na Europa e negligenciando suas posses no continente americano configurando, assim, um período propício para a expansão territorial americana; é deste período a difusão do *Oregon Claims*. Para completar o quadro, internamente, encontrou-se a unidade necessária para que o governo fosse capaz de dar conta de todas as diferenças existentes e, assim, abrir caminho para a construção política.

Seja através da compra, da anexação ou de acordos em guerras vencidas pelos Estados Unidos (como no caso da anexação do México), o aumento do território das treze colônias se desenrola sobre esta conjuntura. A conquista do oeste americano e do sul de suas fronteiras, portanto, acontecem neste ínterim: inicialmente, em 1803 os Estados Unidos, sob a presidência de Thomas Jefferson, compram da França

napoleônica – que necessitava de dinheiro – o território da Louisiana. A compra desta região se encaixava na posição de Jefferson de criar uma “*perfeita e solidificada república da liberdade*” e, como consequência interna, o sentimento nacionalista começa a florescer sob a forma de conquistas territoriais. A partir dessa visão, nasce a “marcha para o oeste” – *sedimentada nos primórdios no Oregon Claims* - e o princípio dos EUA como protetores do “Novo Mundo” , ambos símbolos da expansão do modo de vida da nova república, agora nacionalista, dos norte-americanos. Na continuidade dos eventos, as Guerras Napoleônicas, conjugadas com as revoltas independentistas no restante do continente americano, foram fatais para o domínio espanhol na Flórida e em 1813 os EUA enviam tropas militares, alegando ameaças indígenas, para a região e, no ano seguinte, consolidam a invasão do território; em 1817 os espanhóis cedem às pressões americanas e vendem o território. (DOBSON, 2009; KARNAL *et al.* 2007)

Porém, o aprofundamento destas questões – expansão territorial no continente e postura isolacionista frente a Europa – acontecem somente quando, ao final das guerras napoleônicas, as potências europeias inauguram a restauração no Congresso de Viena, gerando ameaças de recolonização do continente americano aos Estados Unidos. Nesta conjuntura, sob a presidência de James Monroe, os Estados Unidos optam por exercer uma postura diplomática neutra e isolacionista oficializada a partir de 1823 com a Doutrina Monroe: em troca de não intervenção dos europeus na América, os Estados Unidos se comprometiam a não interferir nas questões exclusivamente europeias (KARNA *et al.*, 2007), conforme o discurso de Monroe

Nas guerras das potências europeias por questões que lhes dizem respeito nunca tomamos parte, nem o fazê-lo se coaduna com a nossa política. Só quando nossos direitos são violados ou seriamente ameaçados nos revoltamos contra os males que nos causam ou nos preparamos para defender-nos. (SYRETT, 1960, p. 123)

Na sequência dos fatos, podemos perceber que os Estados Unidos colocam-se como juízes e guardiões de todas as questões que envolvessem a América – seja a Central, seja a do Sul:

Estamos necessariamente mais ligados aos movimentos neste hemisfério (...) Não interferimos, nem interferiremos, nas colônias ou dependências de qualquer potencia europeia. Mas em se tratando de governos que declaram sua independência e a mantem, e cuja independência reconhecemos com grande consideração e baseados em princípios justos, não poderíamos deixar de ver qualquer intervenção como propósitos de oprimi-los ou de controlar-lhes de outro modo o destino. (...) É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer continentes, sem pôr em perigo a nossa paz e nossa felicidade, ninguém tampouco acreditara que nossos irmãos do Sul, entregues a si mesmos, o adotem voluntariamente. É também impossível, portanto, que consideremos tal intervenção com indiferença. (SYRETT, 1960, p. 124)

Fica claro, pelas passagens destacadas, que os EUA tinham medo que as potências europeias, voltando e se concentrar na América, acabassem por ameaçar a sua autonomia e seus interesses. Nasce assim a “América para os americanos” que consiste em três pontos: primeiramente, a não criação de novas colônias no continente americano; segundo, a não intervenção, por parte dos países europeus, nos assuntos internos aos estados e nações do continente americano; e, por fim, a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos europeus – tais como guerras entre estes países ou entre eles e suas colônias. Assim sendo, em nome da liberdade, os Estados Unidos se colocam no continente como “protetores” das nações americanas. Segundo Moura (1990), porém, naquela época essa Doutrina traduzia mais uma intenção do que, de fato, uma realidade, mas é importante porque já demonstra o papel que os Estados Unidos se reservavam e se colocavam.

Paralelamente, com a intensificação da sociedade civil, da democracia e das instituições americanas, posturas e concepções religiosas – presentes na já citada tradição artificial – começaram a ganhar força e aceitação pública. Neste ínterim, a ideia de povo virtuoso e escolhido por Deus para um destino glorioso ganha destaque no imaginário social americano, a partir do qual se desenvolve a ideia do Destino

Manifesto. Esta doutrina, vertente do darwinismo social, foi largamente estruturada a partir da premissa de que o povo americano fora escolhido por Deus e tem como missão levar o esclarecimento aos povos considerados inferiores; três conceitos-chaves, portanto: virtude, missão e destino (divino). Este discurso vem a favor da justificativa e da ampliação do imperialismo nascente dos EUA, que têm a missão de levar a democracia e a liberdade aos demais povos.

Cabe fazer a ressalva de que os Estados Unidos não chegaram a adotar o Destino Manifesto como política de estado<sup>3</sup> contudo diversas práticas e inclusive políticas de estados foram influenciadas pela doutrina: por exemplo, a marcha para o oeste e a consequente anexação de territórios.

A compra dos territórios da Louisiana e da Flórida, portanto, foram apenas os primeiros passos do expansionismo territorial dos EUA: a partir da incorporação da Doutrina Monroe, da postura de movimentos religiosos – com a ideia anteriormente citada do “povo virtuoso e escolhido” – e da sinergia com o Destino manifesto, o expansionismo americano ganha nova força. A colonização do Texas se intensifica – com a subsequente Guerra do México (1845 – 1848) - e a colonização dos indígenas – tidos como raças impuras e inferiores – expande para o oeste os territórios americanos, ambas levadas a cabo sobre as bases do Destino Manifesto; tal expansionismo culmina com a compra do Alasca em 1867. Assim, num período de quase 70 anos, as treze colônias se transformam em um dos maiores países em extensão territorial do mundo.

Este aumento substancial territorial e populacional começou a gerar pressões internas: primeiramente, abalou o frágil equilíbrio entre os estados latifundiários

---

<sup>3</sup> O Destino Manifesto foi escrito e defendido por John O’Sullivan, jornalista, e apesar de ter tido grande força na esfera política americana e ter influenciado diversas ações de Estado, o Destino Manifesto, per se, não foi formalizado como política de estado pelo congresso americano.

escravocratas do sul e os estados industriais do norte questionando os futuros da escravidão; segundo, e posteriormente, a indústria americana, seus meios de produção e seu sistema financeiro passarão a exigir uma expansão em busca de mercados e matérias-primas. Será analisado, portanto, ambas as pressões políticas em suas consequências para a política externa.

As supramencionadas fragilidade do sistema entre os estados escravocratas e os industriais se deve ao equilíbrio de representação no congresso: a anexação de novos estados na união influenciaria o equilíbrio de poder no congresso, pois, ainda que feita em nome de causas comuns, os estados do Sul desejavam aumentar seu império latifundiário (principalmente do algodão) e escravocrata, enquanto, opostamente, o Norte desejava expandir o que se chamava de “*terras livres*”. Foi durante o governo de Lincoln que a questão se mostrou insolúvel; os estados do Sul tentaram a secessão e, não querendo a dissolução da União, o Norte entrou em guerra com o sul.

Os aspectos da Guerra de Secessão (1861 – 1865), por mais interessante que sejam, não são o tema central deste trabalho, sendo assim, para esta discussão, é importante destacar sobre esta guerra alguns pontos: primeiro, as questões em voga na anexação e expansão territorial se davam antes da guerra, sumariamente, sobre quais caminhos e políticas os novos estados adotariam – se seriam “*terras livres*” ou escravocratas – o que influenciava diretamente nos rumos de política externa visto o equilíbrio de forças presentes no congresso; segundo, pelo aspecto altamente destrutivo da Guerra, os efeitos que a reconstrução geraria – principalmente em relação à expansão econômica – traria grandes consequências aos paradigmas, mais uma vez, de política externa; e, por fim, é importante destacar que, o fim da guerra culminou com a hegemonia do sistema nortista, que passou a controlar o jogo político

e, assim, a ditar as regras sobre a política exterior dali por diante – a abolição da escravidão e manutenção da união.

Com o fim da Guerra de Secessão e as crises econômicas do final do século XIX, a abordagem de política exterior americana sofre um ponto de inflexão com a troca de paradigma, essencial para entender as posturas americanas na guerra de Independência Cubana e nos processos posteriores a independência da ilha. Por um lado, existia a necessidade de chegar ao Pacífico e, desta forma, controlar o istmo americano era essencial, por outro a ferrovia transcontinental resolveu esse problema, parcialmente, para aquela geração (ele voltará a surgir mais além, porém), diminuindo a necessidade de expandir-se para a América.

Se por um lado os Estados Unidos se fechavam para a expansão territorial, por outro necessitavam expandirem seu mercado (SCHOULT, 2000). Esta nova ênfase de política para o exterior, denominada de *New Diplomacy*, será as bases da busca de mercados e do imperialismo estadunidense na virada do século. Junqueira (2001) sintetiza todo este pensamento:

Na última década do século XIX – com o êxito da sua industrialização, procurando assegurar o comércio fora do país e manter a hegemonia no hemisfério ocidental – os Estados Unidos se afirmam como uma potência não europeia, tal como Japão e Rússia. Além da busca de novos mercados o temor de que o avanço da colonização europeia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas levou os norte-americanos a procurarem dominar a América Central e as ilhas do Caribe. (JUNQUEIRA, 2001, p. 98-99).

Com este pensamento, Junqueira explicita todas as características supra estudadas: a defesa da dominação única das Américas pelos Estados Unidos na sua formação máxima presente na Doutrina Monroe; a formação da religião civil desembocando no Destino Manifesto; e, por fim, com o fim da Guerra de Secessão e a vitória do modo de produção nortista, explicitado na industrialização, os desafios dos Estados Unidos em assegurar territórios e posições além de sua fronteiras. Todos estes

elementos serão a base da dominação e interferência americana no sul das Américas e no Caribe, em especial na ilha de Cuba, conforme estudaremos a seguir.

### **2.3. A região do Caribe sob a ótica do Imperialismo Americano**

Como vimos, o imperialismo americano que ditará as relações dos EUA com os seus vizinhos a partir do final do século XIX em diante foi uma construção lenta e bem estruturada – saindo de uma posição isolacionista para um condição imperialista – levando em consideração cálculos políticos complexos em relação à Europa e assentado sobre a coesão interna e sobre políticas que atendessem aos anseios da já estabilizada nação.

Todavia, essa política isolacionista do início do século XIX, não se verifica fortemente nas relações com a América Latina. Se ressaltada a atitude expansionista em direção às demais nações da região e a política intervencionista americana nos destinos dos países latino-americanos, percebe-se uma atitude interventora desde meados do século XIX.

Desta forma, analisar-se-á a posição estadunidense em relação à Cuba – marcadamente intervencionista e expansionista – e confrontarmos com a relação dos americanos de não explicitar posicionamento favorável ou desfavorável com os países europeus, ambos explicados na Doutrina Monroe, podemos perceber uma diferença notável. Para compreendermos portanto, este caso, procura-se, nesta subseção, analisar as origens do interesse americano pela região e as raízes do que se consolidou na história de imperialismo americano levando-se em consideração exposições anteriores sobre a construção dos posicionamentos americanos.

Sob a ótica dos estados latino-americanos e caribenhos, o viés isolacionista da política externa americana pouco ou nada ocorreu na trajetória histórica. Encontra-se

respaldo para esta afirmação na análise dos autores Luis Suárez Salazar e Tania García Lorenzo (SALAR; LORENZO, 2008) sobre as relações interamericanas estes autores periodizam a ingerência dos Estados Unidos sobre os territórios caribenhos desde o início do século XIX quando, a partir da Revolução do Haiti (1804) até a Guerra de Secessão (1845-48), a política norte-americana para os vizinhos caribenhos foi marcada por uma a atitude de anexação e de expansão através de uma política permanente de *“interferência oficial estadunidense nos múltiplos conflitos e sucessivas guerras civis”*.

Em concordância, Ayerbe (2002) destaca a existência de três dimensões específicas das relações dos EUA com a América latina, são elas:

- a) As relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina. b) A articulação entre os interesses privados (de mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério. c) A interferência entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina. (AYERBE, 2002. P. 60)

Podemos perceber, no destaque de Ayerbe, a existência das necessidades expansionistas oriundas da industrialização; a incorporação da Doutrina Monroe na formulação de uma agenda de segurança; e uma primazia na interferência como forma de conjugar os interesses americanos com elites locais favoráveis a ingerência externa americana. Todas estas dimensões serão verificadas no relacionamento que se desenrola dos EUA com Cuba.

Como vimos, em 1823, entra em vigor a Doutrina Monroe, durante o governo de James Monroe (1817-25). É factível aceitar que, dado os pontos centrais vistos anteriormente, os Estados Unidos estendem a garantia de sua segurança – afinal a ameaça de recolonização recaía, sobremaneira, sobre eles – a todo o continente, preservando assim a segurança regional. Segundo, em nome desta segurança, os EUA delimitam a abrangência de sua influência para dentro do continente americano.

Assim sendo, tal doutrina transborda a abrangência americana para o auxílio nas guerras de independência e para a emancipação política da América Latina, ou seja, os EUA reivindicam como esfera de sua atuação o continente americano. Segundo Teixeira (2014), recentes interpretações da Doutrina Monroe têm reforçado esta visão de abrangência claramente continental pois

a política de abrangência hemisférica dos Estados Unidos" (Black 1977, 7 in TEIXEIRA, 2014) implicaria de forma inequívoca que "a totalidade do continente Americano [tinha sido] diretamente designada como esfera de interesse dos Estados Unidos" (Bloom 1990, 92 in TEIXEIRA, 2014). Tal interpretação permanece em voga em estudos mais recentes, com autores afirmando que "através da Doutrina Monroe [os Estados Unidos] reivindicaram a totalidade do hemisfério ocidental como sua província" (Heiss 2002, 519, in TEIXEIRA 2014) e, portanto o "direito de intervir em todo o hemisfério" (Lens 2003, 98 Apud TEIXEIRA, 2014).

Em 1845, o Destino Manifesto associa-se a Doutrina Monroe: se a doutrina Monroe designou o continente americano como esfera de interesse americano (BLOOM, 1990 in TEIXEIRA, 2014), o Destino Manifesto traz a excepcionalidade dos EUA como o único e legítimo protagonista para atuar e intervir na região.

Conforme exposto, os interesses americanos sobre os territórios do Caribe – especialmente a ilha de Cuba - são antigos e se ampliam quando da mudança de postura dos Estados Unidos na geopolítica mundial (precisamente para a sua região), após a anexação dos territórios do oeste, em que se percebe uma tendência expansionista voltada, principalmente, para o Sul e o Caribe.

Neste contexto, reunindo a necessidade de busca de novos mercados e de matérias primas com a concepção da Doutrina Monroe, que defende a ideia de que o continente americano é zona de influência e predominância exclusiva dos EUA, a América Latina (em especial Cuba pela sua proximidade e fragilidade política e institucional) torna-se foco da expansão americana. Podemos perceber esta ambição norte-americana pelo Caribe, especialmente a ilha cubana, nas palavras de Quincy Adams

Essas ilhas são apêndices naturais do continente americano, e uma delas – quase visível a olho nu de nossas costas – tornou-se, por muitas considerações, um objetivo de importância transcendentais para os interesses comerciais e políticos de nossa União. Sua posição de domínio em relação ao Golfo do México e aos mares da Índias Ocidentais, sua situação a meio caminho entre a nossa costa meridional e a Ilha de San Domingo, seu porto seguro e espaçoso Havana, em frente à nossa extensa linha costeira destituída dessas mesmas vantagens, a natureza de sua produção e de suas necessidades, fornecendo os suprimentos e carecendo dos retornos de um comércio imensamente lucrativo e reciprocamente benéfico, lhe dão uma importância no total dos nossos interesses nacionais com que nenhum outro território estrangeiro ser comparado, e pouco inferior aquela que mantem os diferentes membros desta nação. (In: GOTT, 2006, p. 365).

Fica claro, portanto, que os objetivos norte-americanos de expansão recaíam fortemente sobre Cuba – invocando imagens da Doutrina Monroe para justificar suas ações de interferência sobre o destino da ilha. Conforme relatado anteriormente, o interesse americano sobre a região remonta ao final da Guerra de Secessão e ao âmbito da expansão econômica americana e da consolidação de seu território (pela expansão territorial acima marcada) apesar de o desejo de expandir-se sobre o Caribe nas palavras de Gott (2006), ser mais antigo, pois “*os americanos estiveram interessados em Cuba desde 1776, e discutiram ocasionalmente o futuro da ilha com outras partes interessadas*”.

Às vésperas da Guerra Civil Americana, como já vimos, debatiam-se nos EUA os rumos que os novos estados incorporados à união pela expansão territorial seguiriam: opunham-se aqueles que defendiam as *terras livres*, e podemos identificá-los como expoentes do pensamento da Doutrina Monroe; e os que defendiam os latifúndios escravocratas e, por sua vez, expoentes do Destino Manifesto. Neste aspecto, a anexação de Cuba traria uma instabilidade para a balança de poder no Congresso; os estados escravocratas defendiam que a posse de Cuba era necessária à perpetuação da escravatura nos Estados Unidos e instavam por uma tentativa de compra e, caso fosse recusada pela Espanha, pelo recurso das armas.

Porém, com o avanço da guerra civil e, posteriormente, a culminância do sistema nortista, os Estados Unidos fecharam-se para um período de reconstrução, diminuindo o ímpeto de expansão pela anexação de novos territórios; em grande parte, isto se deve à própria Guerra: primeiro por que não havia mais necessidade dos sulistas de aumentar o número de senadores escravocratas pela aquisição de Cuba, Nicarágua, Yacután; segundo, por que, muitos confederados sulistas, com o fim da guerra, fugiram para outros estados latino-americanos mas, desiludidos, voltaram para casa e, com a facilidade de se estabelecer no oeste (devido ao Homestead Act e a ferrovia transcontinental) cessaram totalmente seu ímpeto de anexar novos estados – principalmente latino-americanos (SCHOULTZ, 2000)

A visão expansionista frente a América Latina muda de figura a partir deste momento: a convicção de anexação diminui para dar lugar a postura imperialista na defesa de países independentes mas economicamente ligados aos Estados Unidos. Historicamente, o primeiro exemplo de mudança na postura americana parte do processo de tentativa de anexar, pela compra, o Panamá: processo levado a cabo por Seward (responsável pela compra do Alaska), mas que foi barrado no Senado em uma jogada política, culminando no impeachment de Seward. Porém, o melhor indicador, conforme Schoultz (2000) de que a era de expansão em direção a América Latina vem somente em 1870 com a desistência do tratado de anexação da República Dominicana, a partir do qual formou-se nos EUA um consenso da não incorporação de novos territórios de origem latina, muito porque os sulistas não queriam acrescentar latinos à sua população.

Assim sendo, para garantir sua expansão comercial no continente sem anexar novos territórios, os Estados Unidos precisariam rivalizar com as principais potências europeias – principalmente Espanha e Inglaterra – e, devido a isto, houve um maciço

investimento industrial e naval para a criação de uma grande frota comercial e de guerra (JUNQUEIRA, 2001). No período que se segue, há a eclosão dos primeiros processos revolucionários independentistas de Cuba (1868) em que os Estados Unidos interferem indiretamente, protegendo seus interesses mas resguardando-se de uma posição mais ferrenha frente à Espanha.

No decorrer dos acontecimentos, ao final do século XIX, com a mudança de postura americana sobre sua interferência e sua função na América Latina e a remodelagem do Destino Manifesto, encontra-se a questão de Cuba, a que será estudada mais a fundo no próximo capítulo.

No entanto, por fim, é necessário fazer uma ressalva: neste período, o destino de diversos outros territórios foram discutidos internamente nos Estados Unidos e todos se encaixam na mudança de postura americana pós Guerra de Secessão: se antes os EUA estavam inclinados a se expandir em direção aos seus vizinhos latinos, com o fim da guerra e pelos motivos supracitados, esta visão paulatinamente se transfigura na necessidade de não anexação, mas de domínio – explicitado na doutrina imperialista já discutida.

### **3. INVESTIDAS AMERICANAS SOBRE OS TERRITÓRIOS DA ESPANHA COLONIAL**

#### **3.1. O interesse Americano pela Região do Caribe**

Conforme vimos anteriormente, o nascimento do imperialismo estadunidense se deu concomitantemente com o surgimento de uma nova potência capitalista: primeiro a formação da união e da sociedade civil; segundo, com a Guerra de Secessão, os EUA se fecharam para uma posição mais isolacionista e rediscutiram os rumos da sua expansão e, como consequência da guerra, a predominância econômica e política do norte levou a necessidade de expandir a zona de influência americana pela busca de matérias-primas e de novos mercados; terceiro, as consequências da guerra a respeito das bases da política externa desembocaram, como vimos, em pontos-chaves para entender o período como o Novo Destino Manifesto, a política do Big Stick e a Diplomacia do Dólar. Portanto, podemos entender o século XIX como aquele em que os Estados Unidos fez a sua expansão continental e territorial (McPherson, 2016).

Assim sendo, os EUA sempre estiveram ligados aos assuntos da América Latina, com interesse especial pela bacia caribenha, devido a interesses estratégicos e à proximidade geográfica existente. Todavia, estas pretensões vez ou outra opoaram os Estados Unidos às potências europeias, pois, a medida que os estados latino americanos se formavam e buscavam suas independências, os americanos enfrentavam a crescente ameaça da recolonização – perigo que pautará os início das ações americanas na região – obrigando a empurrar a Europa para fora do continente.

Portanto, o início das pretensões americanas e da colisão com as potências europeias na região caribenha datam do início do século quando John Quincy Adams

define que as ilhas do Caribe são “*apêndices naturais dos Estados Unidos*” ou seja, conforme os EUA aumentavam seu território, a Espanha ou os estados Latino-americanos diminuía os seus na mesma proporção. Sendo assim, é patente entendermos a evolução do expansionismo americano e de suas pretensões com os vizinhos do sul (McPherson, 2016). Porém, os limites dessa expansão são questões internas que flutuam entre a anexação de novos territórios ou a dominação econômica sem a contrapartida de anexá-los à união, contando, ainda, num terceiro espectro, com a força do grupo anti-imperialista, contrário a novas anexações territoriais. Sendo assim, a América Latina desponta como foco principal deste expansionismo e o Caribe especialmente, devido a sua proximidade, além da fragilidade política e institucional.

As primeiras intervenções na América Latina dos Estados Unidos datam do início do século XIX quando das revoluções de 1810 contra o mando Espanhol: a França assumiu o controle da Espanha e, na América Espanhola, os colonos se revoltaram contra a Espanha, fragilizando a sociedade local. Neste ínterim, os EUA temiam um avanço inglês na região visto que, conforme McPherson (2016), a Grã-Bretanha era a segunda maior potência depois da Espanha no Caribe e, assim, cresce a possível ameaça de recolonização. Deve-se rememorar que, após a compra da Louisiana, em 1803, os Estados Unidos ansiavam pela Flórida que também era desejada pelos britânicos. Esta possível crise – de tomada dos britânicos da região da West Florida, foi usada pelos americanos para, neste aspecto de fragilidade espanhola na região, os americanos incitarem uma revolução e assim anexar parte da Flórida em 1811, sem, no entanto, parecer um ato de guerra. O congresso americano, em 1811 emitiu

Os Estados Unidos, dada a circunstância peculiar desta crise, não pode sem inquietude vislumbrar nenhuma parte do citado território [West

Flórida] passar ao poder de uma potencia estrangeira; e a preocupação com a segurança deste território compele aos Estados Unidos tomar as devidas contingências para a ocupação temporária (McPherson, 2016, p. 13 – tradução própria).

No entanto, somente uma parte da Flórida ficou sobre posse americana, continuando, grande parte, ainda submetida à Inglaterra. Nasce, desta ocupação americana, o princípio da “Não Transferência”, cuja justificativa foi, como explica McPherson (2016), manter a segurança e o comércio. Assim sendo, os Estados Unidos manifestando sua oposição à possível transferência de colônias no continente americano de um país da Europa para outro desenvolveu o “Princípio da Não-Transferência”, aplicado tanto à Flórida quanto a Cuba, e que, no futuro, ocupará um lugar proeminente na Doutrina Monroe.

Esta ideia será aprofundada ao longos dos próximos anos, nas relações entre os Estados Unidos e a região caribenha, até a construção de uma doutrina que englobe estas bases, a saber, a Doutrina Monroe. No entanto, entre este primeiro recado às potências europeias sobre as pretensões americanas na região e a proclamação da Doutrina Monroe, terá a erupção de duas guerras importantes (Guerra de 1812 e a Guerra Seminole, 1814), o que aprofunda o entendimento dos Estados Unidos sobre a região ao seu sul.

Com o fim da Guerra de 1812 – cuja discussão não é relevante para este estudo -, os britânicos falharam em proteger os índios americanos nativos forçando que estes grupos migrassem para a Geórgia, Alabama e Flórida ao mesmo tempo que o então presidente Jackson estava, em 1817, lutando no oeste contra aldeias indígenas, proclamando a autodefesa. Portanto, o ataque de Jackson aos Seminoles na Flórida veio na esteira dos eventos, constituindo assim a segunda ofensiva americana, segundo McPherson (2016), na América Latina. A Resolução de Não Transferência havia deixado a Flórida como objeto para futura negociação – mesmo que durante

estes anos a chegada e estabelecimento da americanos na região tenha criado pressões -, neste ínterim, conforme expõe McPherson, Jackson investe contra a Flórida

Ele ocupou Pensacola, declarou lei marcial e aplicou as leis de tributação e de alfândega americanas; Jackson inclusive tomou postos e fortes do exército Espanhol que, por sua vez, ao invés de resistirem ou colaborar abertamente, compraram tempo pedindo ajuda [sic] a seus superiores em Cuba. (McPherson, 2016, p.15 – tradução própria)

O resultado foi a anexação completa de toda a Florida em 1819, ainda que o Congresso considerasse a guerra de Jackson inconstitucional, a opinião pública americana estava com o Presidente: os EUA assumiram uma dívida de \$5 milhões com a Espanha para a compra do território e se comprometeram a não reconhecer as rebeliões independentistas nos territórios espanhóis na América do Sul (McPherson, 2016). Devemos analisar que esta vitória deu força ao movimento expansionista americano, principalmente em direção ao sul pois os EUA obtiveram êxito em um confronto direto com o maior poder europeu da época, ou seja, para os americanos, as suas pretensões para o Sul, caso colidissem com os interesses europeus, poderiam ser defendidas. Deste modo, após as três Guerra Seminoles, a Flórida deixa de ser “latina” e passa a fazer parte do território americano.

No entanto, a ameaça de recolonizar o continente americano não cessou: como resultado das ações do chamado Concerto Europeu – ao final das Guerras Napoleônicas – em que as cinco grandes potências europeias, autorizaram a França a invadir a Espanha e reinstalar um monarca Bourbon no trono. Os americanos – e até os ingleses – preocupavam-se que, com esta ação, a França reacendesse sua ânsia de controlar algumas das posses americanas da Espanha (DOBSON, 2009). Em resposta a esta possibilidade, o Presidente James Monroe, em seu discurso de 1823, incluiu uma proclamação de que os continentes americanos “*não seriam doravante considerados como sujeitos para a futura colonização por quaisquer potências europeias*” e que os EUA deveriam “*considerar qualquer tentativa de sua parte*

*[Europa] de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigoso para nossa paz e segurança. (SYRETT, 1960, p. ).*

Desta feita, a Doutrina Monroe veio para consagrar o Princípio da Não-Transferência assegurando que a defesa deste princípio deveria ser um elemento chave nas atitudes dos EUA sobre o a América Latina. Como exemplo disto, Williams (2007) cita a reação do secretário de Estado americano William Seward à tentativa francesa de instalar um regime no México no início da década de 1860 em que os Estados Unidos se puseram de deveras contra tal pretensão, não aceitando mais a transferência de uma nação já independente como o México para uma dependência, ainda que mascarada, de uma nação europeia.

Entusiasmados com as vitórias em impôr seu posicionamento às nações europeias e motivados pela Doutrina Monroe, os Estados Unidos estavam encorajados em defender posições anti-monarquistas e anti-intervencionistas para a América. Basicamente, o texto continha três pontos: não intervenção mútua, em que Estados Unidos seriam neutros a assuntos na Europa, que deveria se comportar igualmente em relação a assuntos americanos; a não recolonização, pela qual nenhum país europeu deveria retomar esforços de colonização dos países independentes da América e o princípio da não transferência, já discutido (McPherson, 2007); esta doutrina, primeiramente, tinha um caráter mais defensivo (até se tornar uma ideologia agressiva posteriormente), por outro lado, uma doutrina mais agressiva foi o Destino Manifesto, em 1845.

O Destino Manifesto, como vimos, nascente da crença de superioridade americana, de conceitos do puritanismo e com aspectos emprestados do Darwinismo social, foi publicado por John O'Sullivan, em 1845, para argumentar pela anexação do Oregon, da Califórnia e do Texas e pela expansão necessária dos Estados Unidos e

da missão americana de estender a civilização à fronteira da civilização. Porém, ele excluía e oprimia muitos neste exercício, conforme explica o professor McPherson (2016)

All the Native Americans who lived in the West were not to partake in this civilizing mission. On the contrary, they were to get out of the way. Manifest Destiny did not argue for the annihilation of Native Americans, but rather for their exclusion from citizenship – expressed in the reservations that later sprang up in the West. African Americans and Mexican Americans were essentially in a similar second-class category, though not in reservations. Such racial exclusion made up the first component of Manifest Destiny. (p. 18)

Demonstrando já a concepção americana de inferioridade dos demais povos – principalmente os latinos, no que tange ao autogoverno - que prevalecerá nos esforços americanos de dominação da bacia do caribe. No mesmo ano do Destino Manifesto, os Estados Unidos avançam contra o México e anexam o Texas, desencadeando a Guerra do México. Para fins da nossa análise e em razão da riqueza do estudo desta guerra, somente alguns pontos serão ressaltados.

Esta guerra é um resultado natural do crescimento do Destino Manifesto em sua concepção para América Latina e teve início em 1846 quando os Estados Unidos estavam em meio a anexação do Texas, pós revolução texana (DOBSON, 2009). O governo mexicano, porém, não reconhecia a independência do Texas tampouco aprovou a anexação dos Estados Unidos. Um dos principais pontos de desavença seria a fronteira do estado Texano: seria o Rio Grande ou o rio Nueces. Todavia, mesmo se o governo mexicano aceitasse a anexação dos EUA, a definição dessa fronteira permanecia sem solução. Nos EUA, muitos americanos acreditavam que a costa do Pacífico deveria ser, em última instância, a fronteira ocidental da nação americana o que significaria incorporar a Califórnia à União, algo que o México certamente se oporia.

Polk inicialmente tentou resolver estas questões através da diplomacia: foi oferecido \$ 25 milhões para comprar a Califórnia e o Território do atual Novo México todavia a tentativa falhou, e o embaixador no México, Slidell, relatou que apenas uma demonstração de força convenceria os mexicanos a negociar (DOBSON, 2009). Iniciou-se, neste mesmo ano, a Guerra do México.

Dentre as conseqüências da guerra mexicana, uma delas foi redesenhar o mapa da América do Norte. O acordo de paz mudou consideravelmente as fronteiras dos Estados Unidos e do México, pelo acordo de Guadalupe-Hidalgo: quase metade do território Mexicano passou para União americana. Além, está guerra é responsável por criar os primeiros indícios de sentimentos anti-ianques na América Latina. Sobre estas conseqüências, McPherson (2016) escreve:

No ano seguinte a Guadalupe Hidalgo, na Califórnia, houve uma corrida ao ouro sem precedentes na história mundial. Durante a década seguinte, os políticos norte-americanos brigariam e o Kansas entraria em guerra se os antigos territórios mexicanos se unissem à União como estados livres ou escravos, levando à Guerra Civil. No México, a derrota humilhante levou a décadas de lutas políticas generalizadas sobre um sentimento anti-americano. O presidente Porfirio Díaz certamente foi inspirado pela guerra mexicana quando ele aparentemente brincou, "Pobre México! Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!" (p. 24 – tradução própria).

Sendo portanto o interesse na disputa pela região do Caribe anterior à concepção imperialista para a região, atitudes neste sentido foram encorajados, em muito, pela vitória na Guerra do México, quando líderes políticos americanos, especialmente aqueles ligados à ala dos *jingoes*, convenceram-se que seria o momento para adquirir a ilha de Cuba da Espanha: diversas tentativas foram feitas de comprá-la. A questão, então, vem na esteira da guerra do México, do debate sobre o expansionismo britânico e sobre a necessidade de os EUA fixarem-se em Yacután; ela surge, pois, como uma questão de segurança dos Estados Unidos – alinhado com a Doutrina Monroe.

O debate sobre Yacután e a anexação de Cuba foi dominado pelos estados sulistas ansiosos para anexar novos territórios escravocratas e, como vimos, desequilibrar a seu favor a frágil balança de poder no congresso americano. O congresso já começava a discutir o penoso processo sobre a escravidão no México – chegando a um acordo em 1850 com a definição da Califórnia como um estado livre e deixando em aberto as questões de Utah e Novo México. Neste ponto, deve-se lembrar a força do movimento de incorporação do Oregon – citados anteriormente neste trabalho – designados como Oregon Fever e Oregon Claims: os Estados Unidos reivindicavam possessões no Oregon e, por conta disso, acabaram entrando em conflitos diretos com a Inglaterra. Apesar de terem conseguido evitar a guerra, a herança principal, que impulsiona ainda mais os intentos expansionistas dos EUA, será exatamente o êxito em suas reivindicações – mesmo contra outras potências europeias - e, portanto, a dominação e anexação da região (DOBSON, 2009).

As intervenções norte-americanas na América Latina e na bacia caribenha, como pode-se perceber, foram fortemente impulsionadas pela Guerra do México. Conhecidas como expedições de flibustaria, apesar de não oficiais e nem apoiadas por Washington, tais expedições vêm na esteira do interesse norte-americano pelo Sul e expressavam os anseios americanos em adicionar territórios novos – principalmente latinos - à União. Sobre este aspecto, destaca-se a visão do New Orleans Delta, no texto de McPherson (2016), que define que *“o destino de Cuba depende diretamente do destino da Nicarágua, e o destino do Sul depende diretamente do destino de Cuba ... Devemos fazê-lo ou morreremos”*(p.24).

Neste aspecto, Cuba era um alvo constante destas expedições, fortemente racistas, devido a sua proximidade com os EUA, a sua economia açucareira. Tais expedições procuravam enfraquecer o sistema monárquico espanhol e, por isto, teve

grande apelo nas populações locais (McPHERSON, 2016; KARNAL *et al.*, 2007). Soma-se a esta conjuntura a publicação do Manifesto Ostend, na década de 1850, apoiada por americanos que acreditavam que a anexação de Cuba à união americana era algo natural. Para entender o Manifesto, olhemos o texto

Chegamos à conclusão e estamos completamente convencidos de que um esforço imediato e sério deve ser feito pelo governo dos Estados Unidos para comprar Cuba da Espanha a qualquer preço para o qual ela possa ser obtida (...) Deve ser claro para toda mente reflexiva que, a partir da peculiaridade de sua posição geográfica e das considerações que a acompanham, Cuba é tão necessária para a república norte-americana quanto qualquer um de seus atuais membros e que esta ilha pertence naturalmente à grande família de estados da União (...) De fato, a União jamais poderá gozar de repouso nem possuir segurança confiável, desde que Cuba não seja abraçada dentro de suas fronteiras... (DOBSON, p. 104 – tradução própria).

Uma vez que os Estados Unidos agora tinham duas costas – uma no Pacífico e uma no Atlântico – questões de segurança e de comunicação entre ambas as partes se puseram na agenda política do período. Conforme Schoultz (2009) este fator, da comunicação Atlântico-Pacífico fez disparar o interesse americano pela América Central – notadamente o atual Panamá, a Nicarágua e Tehuantepec, graças ao vislumbre da construção de uma ponte no istmo continental – para facilitar a comunicação; cresce, portanto, o propósito dos Estados Unidos em conseguir o controle de uma rota terrestre e aquática – para uma ferrovia e um canal – entre os oceanos Pacíficos e Atlântico através da Nicarágua e, mais especificamente, pelo Lago Nicarágua. No entanto, a presença britânica ao longo da Costa do Mosquito na América Central preocupava a segurança americana: todavia, os ingleses estavam assentados sobre uma área de interesse dos americanos e, por este motivo, esta região torna-se palco de um conflito EUA-Inglaterra já na década de 1850 (SCHOULTZ, 2009; McPHERSON, 2016).

O aumento da presença britânica incomodava a administração estadunidense e, nos anos seguintes a explosão da Guerra Civil, expansionistas sulistas insistiam cada

vez mais que a Grã-Bretanha se retirasse da América Central e do Caribe. Invocando a Doutrina Monroe, em 1953, o Presidente Pierce, em fala ao Congresso defendeu uma atitude mais impositiva contra os ingleses e, em 1854, os EUA bombardeiam San Juan del Norte (região ocupada pelos ingleses) (SCHOULTZ, 2009). Esta ofensiva demonstra a arrogância do ímpeto expansionista americano durante o século XIX, indicando a troca de hegemonia na região, dos britânicos para os Estados Unidos; segundo McPherson (2016), *entre 1869 e 1897 Washington enviou barcos de guerra à região 5980 vezes; apesar de algumas vezes amigáveis, a maioria dessas visitam as serviram para promover a mudança de regime político, conter revoluções e apaziguar guerras civis, ou, ainda, reforçar um acordo comercial.*

A Doutrina de Monroe se estabeleceu firmemente com uma guia que maracará a política dos EUA na região do Caribe para os séculos a vir, ela também marcou os primeiros rumores de hegemonia incipiente e veio para complementar a crença pública e popular do Destino Manifesto (WILLIAMS, 2007).

Podemos, portanto, perceber que, no desenrolar do século XIX, os Estados Unidos estiveram sempre vigilante para que nenhum adversário europeu se aproveitasse da instabilidade da região caribenha para aumentar seus domínios na região ou, pior, apoderar-se de Cuba, pois a ilha localizava-se ao longo de rotas de navios de crescente importância (SCHOULTZ, 2000). Conforme destacado por Jefferson, Monroe e John Quincy Adams, as ilhas de Cuba e Porto Rico eram como *“apêndices naturais do continente norte-americano”*(SCHOULTZ, p.69) o que fez florescer muito fortemente nos Estados Unidos a crença de que para fortalecerem-se como nação, os americanos deveriam apropriar-se de ambas as ilhas, como Jefferson inclusive confessou a Monroe: *“seu crescimento a nossa nação é exatamente o que falta para expressar nosso poder como nação”*(SCHOULTZ, 2000, p. 66).

A região de Cuba, sendo assim, desponta no horizonte da política estadunidense ao longo do século XIX, conforme Jefferson destacara

Confesso sinceramente que sempre considerei Cuba como a adição mais interessante que poderia ser feita no nosso sistema de estados. O controle que, com Florida Point, esta ilha nos daria sobre o golfo do México, e os países e istmos que formam fronteira com ela, bem como todos aqueles cujas águas fluem para ela, seria medida plena de nosso bem-estar político.” (SCHOULTZ, 2000, p. 68)

Demonstrando que a opinião política americana tinha um objetivo estratégico em Cuba e em diversos momentos a elite política americana defende a anexação da ilha – seja pela compra ou pela tomada; a recusa da Espanha em ceder seus territórios acabam invariavelmente levando ao acirramento da tensões de ambos os lados; conforme avaliamos, esta retomada dos ideais expansionistas exige uma corrida armamentista nos EUA para fazer frente às potências europeias.

Neste ínterim, a década final do século XIX reforçam o antigo objetivo americano de dominar a ilha cubana, se não como parte da união, como um território sob seu controle político e econômico. Todavia, visto que a Espanha dominava a região do Caribe – e apesar do interesse americano e da recusa espanhola em retirar-se da região – começa a delinear-se no horizonte a possibilidade da guerra, opondo Estados Unidos e Espanha. Segundo Schultz (2000), também crescia a concepção e o consenso racista – desde a segunda parte do século XIX – de não anexar países e populações latinas à união estadunidense.

Todavia, os EUA, já no final do século, eram o principal destino dos produtos cubanos, superando até mesmo a Espanha, ou seja, a dominação econômica já se configurava pela transferência da dependência econômica cubana da Espanha para os EUA. Sendo assim, para resguardar seus interesses e implementar o domínio político, era imprescindível que os Estados Unidos abandonassem sua política isolacionista e dialogassem com a Espanha, já decadente. Nas palavras de Ayerbe (2002), ele destaca

a postura isolacionista, primeiramente, em relação às potências europeias (e assim, às suas dependências americanas)

Até meados da década de 1860, quando o Norte vence a Guerra Civil (1865), os Estados Unidos estão preocupados fundamentalmente com sua fronteira interna. A expansão territorial [para o oeste] consome a maior parte dos recursos humanos e capitais disponíveis. Na política externa, a orientação do país se pauta pelo isolacionismo, evitando o envolvimento nas disputas entre as potências europeias. (p. 50)

Segundo Guerra e Sánchez (1964), a retomada expansionista no pós-Guerra de Secessão para América Latina ocorre em 1879 quando da autorização da Colômbia para a França construir um canal no istmo da América Central ligando os oceanos Pacífico e Atlântico. De acordo com o exposto anteriormente, deve-se lembrar que era vital para os EUA assegurarem a chegada rápida até o Pacífico: esta questão fora parcialmente solucionada com a construção da ferrovia transcontinental, mas que, no fim do século XIX já se colocava desafiadora novamente (KARNAL et al., 2007).

Podemos, então, perceber a mudança na postura dos EUA frente às grandes potências: a questão do Canal marca um ponto de inflexão na política americana para o confronto com as potências europeias (GUERRA Y SANCHÉZ, 1964), bem como a Guerra de Secessão marca a virada na percepção americana sobre a anexação de novos territórios (SCHOULTZ, 2000), além de pressionar a necessidade de novos mercados para o consumo excedente (KARNAL et al., 2007).

Rapidamente, a construção por parte dos franceses não obteve o resultado esperado e os EUA decidem construir o estratégico canal através da compra da falida empresa francesa e da articulação de uma independência da região. Devemos relacionar a este ponto, a revigoração do Destino Manifesto, Devido a renúncia da Colômbia em permitir a construção do Canal em seu território, os EUA estimularam uma revolução independentista panamenha em troca do acordo de construção do canal pois, o próprio Theodore Roosevelt não permitiu que “*os interesses da civilização*

*como um todo*” fossem contrariados por “*latinos*” (Apud: Karnal *et al.*, 2007). Dessa afirmação, pode-se depreender, ainda, alusões ao Destino Manifesto e do já citado racismo da elite política estadunidense contra as populações latinas.

Voltando à discussão anterior, com a implementação de novas políticas coloniais nos territórios latino-americanos por parte da Europa e pelo acirramento das já mencionadas necessidades de expansão comercial, os EUA se colocam em uma corrida armamentista, baseadas sobretudo no fortalecimento do poderio militar de sua frota naval (seja mercante, seja de guerra) o que invariavelmente, geraram as tensões com a Espanha que, no máximo, levarão à Guerra Hispano-Americana.

Esta guerra é tratada pela historiografia como um divisor de águas na política externa americana, conforme destacado acima, pois, além de dar visibilidade aos americanos perante a comunidade europeia de nações, alguns historiadores apontam a existência de uma elite bélica e imperialista, que defendia a existência de uma marinha de guerra permanente e poderosas (KARNAL *et al.*, 2007), configurando, assim, a dominação oficial americana sobre os povos do sul do continente americano.

Nos final do século XIX, ao princípio do século seguinte, os Estados Unidos aumentaram sua força na região caribenha e pacífica adquirindo proporções imperiais e banido da região as potências europeias – principalmente Espanha e Grã-Bretanha, Williams (2007) resume

os Estados Unidos haviam adquirido, quase de um dia para o outro, um império global que se estendia de Cuba até as Filipinas. Os espanhóis estavam lutando uma guerrilha em Cuba há muitos anos. Em fevereiro de 1898, uma explosão afundou o USS Maine no porto de Havana; a mídia dos Estados Unidos, que há muito tempo fazia campanha pela intervenção dos EUA, culpou a Espanha. Embora esta não tenha sido a causa direta da guerra hispano-americana, destacou a incapacidade da Espanha de pacificar as ilhas. A Espanha rejeitou uma solução pacífica, em grande parte por razões políticas domésticas, e assim a guerra foi declarada em abril. O presidente William McKinley apresentou ao Congresso quatro justificativas para agir: a decência humanitária, o direito internacional legal de proteger os cidadãos dos EUA, o impacto negativo sobre o comércio e comércio dos EUA e a proximidade geográfica de Cuba, o que se tornou quase impossível de ignorar. (p. 5-6 – tradução própria)

Nos anos seguintes à Guerra Hispano Americana, ocorrerá uma modificação substancial do jogo de poder e da divisão de forças na América Latina. O continente americano, ao sul dos EUA, ganha uma nova configuração e mergulha numa nova etapa de dominação, sob a égide dos guardiães da Doutrina Monroe. Nas seções seguintes, buscaremos debater a evolução do conflito entre Estados Unidos e Espanha e suas consequências pra região, em especial para Cuba para, ao fim, discutirmos o objetivo deste trabalho: a opção contra-intuitiva da criação do regime de protetorado posto a anexação da ilha que, como vimos, desde os primórdios da expansão americana despontou como um objetivo de política externa.

### **3.2. Guerra Hispano-Americana: Imperialismo Americano no Caribe e no Pacífico**

Como se verá a seguir, a luta pela independência cubana até a consolidação da emancipação durou um longo período no qual os Estados Unidos perceberam a oportunidade de levar a cabo sua expansão: dada fragilidade dos domínios espanhóis, o momento se tornou oportuno para atingir a meta antiga de anexar ou, ao menos, aumentar seu domínio na ilha de cuba (e no restante do Pacífico). Desta feita, um conflito com a Espanha seria necessário como um ponto de partida para sua expansão marítima; vimos que discutia-se internamente nos Estados Unidos o destino da ilha cubana e os limites do imperialismo americano além-fronteiras e, durante este período, as pressões diplomáticas não surtiram efeito sobre a Espanha acirrando os ânimos e culminando na guerra hispano-americana.

Durante do governo de McKinley, republicano com pouca ou nenhuma pretensão assertiva na política externa, os Estados Unidos enviam em 1898 (SCHOULTZ, 2000), em meio ao conflito de independência cubano, o navio militar

de guerra *USS Maine* sob o pretexto de uma visita “amigável e de reconhecimento”(KARNAL *et al*, 2007), cujo objetivo é também exibir o poderio militar da Marinha de Guerra norte-americana para a Espanha. Porém, alguns dias depois, o couraçado explodiu no porto de Havana, em um período de tensão entre os EUA, Cuba e a Espanha, provocando a morte de diversos civis e alguns oficiais americanos; este fato, então, serviu de estopim para o governo republicano intervir diretamente no conflito de independência cubana.

Com grande respaldo da opinião pública americana que repudiou o incidente (apesar de não existirem provas concretas que a explosão fora provocada pelos espanhóis), o incidente com o couraçado justificou o enrijecimento da postura diplomática americana frente a Espanha e o conflito armado eminente se tornou, assim, inevitável.

Diante de uma enorme pressão de jornalistas e políticos belicosos e ultranacionalistas, e temeroso de que o Congresso pudesse declarar guerra à sua revelia, McKinley, em 11 de Abril, solicitou permissão para usar armas a fim de restabelecer a ordem em Cuba. (KARNAL *et al.*, 2007, p. 167)

Rapidamente, após o recebimento da solicitação presidencial, o Congresso declara guerra contra a Espanha, em 25 de Abril de 1898, e a partir de então os Estados Unidos não só interveem em território cubano como lançam ofensivas a outras colônias espanholas no Caribe e no Pacífico, dentre elas: Puerto Rico, ilha de Guam e o território das Filipinas – juntamente com o Havaí, apesar de não ser território de domínio espanhol.

Na contramão dos eventos, entretanto, o Congresso americano, em grande parte aglutinado na rejeição em anexar territórios latinos, redigiu a Resolução Teller, que impossibilitava os EUA de empossarem a ilha de Cuba em caso de vitória “*os Estados Unidos, pela presente, abrem mão de qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a dita ilha, exceto para pacificação*”

a resolução ainda apresenta fortes elementos da Doutrina Monroe baseado na autodeterminação dos povos afirmando que “[os EUA] afirma sua determinação, de quando isto [pacificação] estiver cumprido, deixar o governo e o controle da ilha para seu povo”.

Deve-se concentrar no porquê de tal resolução ter sido passada pelo Congresso a revelia das antigas pretensões americanas sobre a ilha. Devemos lembrar a já citada situação do pós Guerra de Secessão: primeiramente, com o fim da guerra civil e a hegemonia do norte, os estados do sul – maiores defensores da anexação territorial de novos estados escravocratas (muitos deles latinos) – não viam mais necessidade de adquirir novos estados para mexer na balança de poder interna do Congresso; mais ainda, a sociedade escravista – fortemente baseada no racismo – não desejava dar direito civis a negros e latinos (raças, na sua visão, inferiores) muito menos incorporá-los na federação. Soma-se a isto a derrota do sul e o exílio de milhares de soldados confederados em países latino-americanos que, desiludidos com o que encontraram, retornaram aos Estados Unidos carregados de desaprovação pelas outras sociedades americanas e com um forte sentimento de superioridade frente aos demais estados da região.

Todavia, somente o preconceito não é capaz de explicar e medida de não anexação de Cuba: a resolução foi proposta por Henry Teller – senador do Colorado, no oeste americano, e fazendeiro. Não há dúvidas de que esta resolução antianexação teve motivação econômica para assegurar os interesses do açúcar do Oeste, evitando uma possível competição doméstica<sup>4</sup>.

Em 1884, ele [Teller] havia sido um arquiexpansionista, dizendo a seus colegas no Senado que apoiava a anexação do Havaí, Canadá e Cuba. Mas isto foi na véspera do *boom* do açúcar de beterraba no Oeste, e logo

---

<sup>4</sup> O Açúcar produzido nas ilhas caribenhas era de origem da Cana-de-Açúcar, já a produção no Oeste americano era primordialmente proveniente do plantio de beterraba.

Teller estava se opondo firmemente à anexação de terras adequadas para a produção de açúcar. No final de 1903, ele liderou a luta contra a proposta de Roosevelt de garantir tarifas preferenciais para Cuba. (SCHOULTZ, 2000, p. 163-164)

Assim, a resolução de Guerra de McKinley e a Resolução de Teller vieram exatamente neste ínterim, carregando imensamente os interesses do grupo econômico dos fazendeiros do Oeste (representados por Teller); como o Senado estava dividido quanto às pretensões de guerra, é possível aceitar que Teller e seus companheiros do Oeste perceberam uma movimentação do grupo do *Destino Manifesto* para anexação de Cuba e, assim, propuseram a tal resolução, contando com o apoio da ala dos antiimperialistas (marcadamente os democratas que defendiam a não incorporação de povos ingovernáveis<sup>5</sup> (MOORE, 1960)

Paralelamente no Pacífico, as Filipinas também passavam por uma rebelião colonial contra o domínio espanhol; o interesse americano neste arquipélago, juntamente com o Havaí, era de formar uma espécie de corredor marítimo – conforme a teoria de Mahan –que possibilitasse um acesso seguro e fácil ao vasto mercado asiático, através da instalação de bases navais e controle dos portos para facilitar a rota. Sobre esta perspectiva, Theodore Roosevelt, então secretário da Marinha, ordenou ao Comodoro George Dewey que reunisse em Hong Kong a frota americana e se preparasse para atacar a esquadra espanhola na baía de Manila caso a guerra eclodisse (KARNAL *et al*, 2007). Assim aconteceu: em Maio a frota espanhola foi destruída em uma vitória rápida e fácil.

No entanto, à semelhança do que aconteceu com Cuba, a eminência da guerra contra a Espanha e a vitória posterior, geraram fervorosas discussões sobre os

---

<sup>5</sup> A plataforma democrata afirmava veementemente que “os filipinos não podem ser cidadãos sem por em risco a nossa civilização, eles não podem ser súditos sem por em perigo nossa forma de governo, e como não estamos dispostos a desistir de nossa civilização nem de converter a república num império, somos a favor de uma medida (...) de proteção contra a interferência externa”. A ala republicana concordava, em parte, sobre os perigos da anexação à civilização americana (MOORE, 1896, p. 298-299).

destinos dos territórios livrados do domínio espanhol. Crescia, como já fora citado, o apoio ao antiimperialismo (na forma de anexação) que não se centrava somente na questão de Cuba, mas também nas Filipinas, pois era ali que a população local – diferentemente de Cuba – se opunha à ocupação Americana. Sobre este aspecto Schoultz (2000) apresenta as palavras de Mark Twain, expoente da oposição à anexação que passou toda a década de 1890 no estrangeiro, ele disse “*por mais que tenha me esforçado, não consegui entender como fomos cair neste enrascada [as Filipinas]. Acredito que deveríamos agir como seus protetores e não tentar pô-los sobre nossos tacões*” (p. 167). É factível dizer que o imperialismo norte-americano, baseado no Destino Manifesto, começa a sofrer as primeiras inflexões no sentido de abandonar a ânsia por anexar novos territórios para uma condição imperialista de dominação e interferência além de suas fronteiras para resguardar seus interesses sem, no entanto, anexar novas porções de terras e povos à nação americana (acreditada como excepcional e superior).

No outro lado do Atlântico, a Espanha, por sua vez, encontrava-se numa crise econômica e política que, conjugada com a fragilidade de suas forças militares em Cuba, devido aos anos de confronto independentista e as baixas no Pacífico, possibilitou o avanço americano sobre seus territórios coloniais no Caribe e a derrocada final da expansão dos EUA.

A guerra encerrou-se em Agosto e nas condições de Paz os EUA tomaram da Espanha os territórios de Porto Rico e de Cuba, que “*deve, com a retirada da Espanha, ser ocupada pelos Estados Unidos*” (SCHOULTZ, 2000, p. 165) no Caribe e de Guam e das Filipinas no Pacífico, mediante pagamento de US\$ 20 milhões (SYRRET, 1960). A consequência imediata deste conflito será a afirmação dos Estados Unidos como uma potência invencível – devido à vitória contra o potente

império europeu – demarcando sua nova posição no cenário geopolítico global da época (KARNAL *et al.*, 2007).

Neste sentido, a vitória sobre a Espanha permitirá aos EUA aumentar sua força não só no continente americano como no âmbito global. As condições impostas no armistício (renúncia da Espanha à Cuba, a cedência de Porto Rico aos Estados Unidos e o entusiasmo americano em romper os limites do seu imperialismo do continente) servirão de base para o Tratado de Paris (1901) que, por sua vez, demonstra a intransigência americana, conforme podemos ver

Art. I

A Espanha renuncia qualquer reivindicação de soberania e de propriedade do território de Cuba. Em consideração a esta ilha, quando evacuada da Espanha, será [ocupada pelos Estados Unidos], e durante esta ocupação tomaram sobre si e cumprirão as obrigações pelo fato de ocupá-la

Art. II

A Espanha cede aos Estados Unidos a Ilha de Porto Rico e outras ilhas antes sob soberania espanhola nas Índias Ocidentais, e a ilha de Guam em Marianas ou Ladrones.

Art. III

A Espanha cede aos Estados Unidos o arquipélago conhecido como As Ilhas Filipinas e suas ilhas compreendidas segundo as seguintes determinações (...) Os Estados Unidos pagarão à Espanha a soma de US\$20 milhões de dólares dentro de três meses depois da troca de ratificações do presente tratado. (AGONCILLO, 2016 – tradução própria).

Pode-se, ainda, perceber que os EUA demonstravam interesse em anexar a Ilha de Porto Rico e uma ilha no Pacífico (Guam), ao passo que Cuba não foi na exposta no documento como um território a ser anexado pelos EUA, conforme se percebe nos artigos supradestacados; assim, os norte-americanos honraram seu compromisso expresso na Resolução Teller de não anexar o território Cubano. A posição imperialista americana, a partir desse momento, irá se consolidar com mais força e a Doutrina Monroe será revigorada através do Corolário Roosevelt (MONIZ BANDEIRA, 2005) sofrendo as modificações supracitadas no sentido de abandonar a

prática de anexação para dar lugar a uma dominação imperialista sobre outros territórios, sem anexá-los.

#### **4. As Consequências das Guerra Hispano-Americana Para Cuba**

Com o término da Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos passam a dominar os antigos territórios espanhóis consolidando sua expansão imperialista em âmbito global. O final do século XIX marca a ascensão do imperialismo americano e de sua expansão para fora de suas fronteiras: a invasão (1893) e anexação (1898) do Havaí, a anexação formal de Porto Rico, Guam e Filipinas (1898) o assenhoreamento do istmo do Panamá e a dominação do território Cubano (1898) marcam esta posição. Este Capítulo procurará discutir as consequências da Guerra Hispano-Americana se debruçando sobre a questão de Cuba: a independência formal e a criação de um território protetorado sob a tutela dos Estados Unidos.

##### **4.1. Cuba: a Emenda Platt, a Independência Tutelada e o Período do Protetorado**

A vitória americana na Guerra contra a Espanha possibilitou que territórios coloniais espanhóis passassem para o domínio norte-americano através do Tratado de Paris. Neste sentido, devemos reavaliar os esforços cubanos de independência que remontam desde 1868 quando em 10 de Outubro Carlos Manuel de Céspedes declara a independência da Ilha dando início à Guerra de dez anos que, apesar de mal sucedida no intuito de emancipar Cuba do domínio Espanhol, serviu para mostrar alguns aspectos importantes: primeiramente, a ineficiência do governo Espanhol que, no regime colonial, detinha a exclusividade da burocracia estatal, sendo negado aos cubanos a participação no governo; assim sendo, todas as ineficiências do poder metropolitano (a crise dinástica na Espanha, seguida de uma realeza incompetente, de um governo republicano e de uma volta a monarquia) se refletiam em Cuba (WRISTON, 1967); esta visão de ineficiência das instituições eram sentidas nos EUA

que acreditavam serem responsáveis por modernizar a ilha. Segundo, devido às péssimas condições da população local, faltavam líderes, sabedoria e recursos para conduzir a independência. Podemos encontrar em Wriston (1967) a causa dessa ausência de liderança e de capacidade no processo de independência

Economicamente, a ilha e os seus habitantes eram mais explorados do que desenvolvidos. Até a igreja era servida por padres levados da Espanha. Não havia um grupo de clero cubano que exercesse liderança local ou esclarecesse os cubanos. O nível de alfabetização era baixo e assim deliberadamente mantido (...) as principais empresas não só eram possuídas como também dirigidas por espanhóis e os cubanos tinha poucas oportunidades de adquirir capital ou de adestrar-se em técnicas de direção. A escravidão e o tráfico de escravos continuaram depois de terem desaparecido da maior parte das possessões europeias no continente americano. (p. 24)

A Guerra dos Dez Anos demonstrou que a revolta nativa não poderia conquistar a independência sozinha e que a metrópole não poderia sufocá-la; ambos os fatos foram notórios aos EUA que se puseram, como já vimos, a discutir o destino da ilha. Lembra-se que havia uma divisão interna sobre a anexação ou dominação sem anexar o território; ao longo do período que se segue a Guerra de Secessão, no entanto, prevaleceu a vontade de não anexar territórios latinos e *ingovernáveis* e, portanto, Cuba.

Seguiu-se um período de 17 anos (de 1869-1888) sem grandes conflitos armados, chamado de “Trégua Gratificante”, em que houve mudanças fundamentais na sociedade cubana – como a abolição de escravatura e a diminuição do número de usinas de açúcar e da elite social (NAVARRO, 2000). A segunda tentativa, a Guerra Chiquita, têm as mesmas origens da primeira porém não contou com apoio estrangeiro forte e nem com a população – já cansada com a Guerra dos Dez Anos. Durante este período, todavia, a simpatia dos americanos esteve do lado dos rebeldes a favor da independência (segura aos interesses americanos); mesmo que tenha sido discreta a posição dos Estados Unidos em Cuba, apesar do Manifesto de Ostende, recusada pelo Secretário de Estado Americano e de algumas de expedições de

flibusteiros (WRISTON, 1967) – normalmente mal aparelhadas e organizadas – mas que já demonstravam a intenção de dominar Cuba.

O império espanhol esmaecia e Cuba vivia uma relativa prosperidade – graças à proximidade com os Estados Unidos – sustentado pelo comércio de açúcar com os Estados Unidos. No primeiro momento, a existência da Lei McKinley de Tarifas (1890) permitia a entrada de produtos cubanos no mercado americano sem tarifas aduaneiras, no entanto, em um segundo momento, Cuba entra em um período de depressão econômica pois, devido ao crescimento da indústria açucareira no oeste americano, em 1894 os EUA passaram a cobrar encargos sobre produtos provenientes de Cuba, com a Tarifa Wilson-Gorman (SCHOULTZ, 2000).

De acordo com Moura (1990), consolidava-se, no final do século XIX, aquilo que alguns autores chama de “*novo pacto colonial*” em que os países latino-americanos ajustaram toda a sua estrutura produtiva na direção dos países industrializados, para se tornarem fornecedores de bens-primários, com a contrapartida de consumirem os produtos industrializados; é neste contexto que se insere a dominação americana pós-independência. Porquanto, a soberba americana sobre os territórios espanhóis desencadeou a Guerra Hispano-Americana, cujas consequências afetam diretamente o futuro da ilha.

Dada a má fase econômica, os cubanos reiniciaram levantes contra a Espanha e, por causa da brutalidade das repressões, o Congresso americano passou a exigir uma intervenção mais dura por parte dos Estados Unidos. As interferências externas americanas em Cuba, portanto, iniciaram neste período de guerras pela independência contra a Espanha pois, os EUA já colocavam Cuba na esfera de sua influência econômica, que se interessavam primordialmente pelo açúcar, o minério de ferro, o tabaco e a construção de ferrovias (MONIZ BANDEIRA, 1998). Sendo assim, após

esse longo período de guerras pela independência, em 1989 Cuba se viu livre do jugo europeu, porém, ao passo que perdia sua característica colonial submissa à Espanha escorregava para a dependência econômica dos Estados Unidos (AYERBE, 2004).

Recapitulando, a guerra teve seu estopim na explosão do USS Maine, navio de guerra americano, e ainda em 1898, McKinley, então presidente americano, envia para o Congresso o pedido para intervir militarmente em Cuba (FRANKLIN, 1997) Terminada a Guerra, Cuba foi colocada sob o controle militar dos Estados Unidos: conforme escreve Wriston (1968) *a condição de clientela da ilha ia dramaticamente aumentando em relação aos Estados Unidos* e já na resolução do Tratado de Paris, assinado em 10 de dezembro de 1889, aparece que “os direitos civis e a condição política” da ilha seriam “determinadas pelo Congresso dos Estados Unidos” – vale ressaltar que nenhum cubano jamais assinou o Tratado.

Deve-se salientar alguns pontos tratados anteriormente: o fato de os Estados Unidos terem, conforme indica Schoultz (2000), abandonado o posicionamento expansionista de anexação em 1870 (com a renúncia à anexação da República Dominicana) corroborou para que Cuba não fosse anexada rapidamente à União, mas que se mantivesse como um Estado Independente guardando característica de um território de interesses americanos – que viria a ser o protetorado; todavia, este processo demora alguns anos e, logo após o fim da guerra, a presença militar americana assegurou os rumos do novo país independente.

Para Bandeira (1998), o interesse americano na região ultrapassava a esfera econômica e se estendia à interesses estratégicos: o controle da Ilha era entendido como vital à segurança das rotas do Golfo do México bem como fundamental para assegurar a defesa do canal que os Estados Unidos pretendiam construir na região – ligando o Pacífico ao Atlântico (problema que, alguns anos antes, havia sido

solucionado com a construção da ferrovia transcontinental mas que, já no final do século, impunha novos desafios aos EUA). Os Estados Unidos, neste contexto, instalaram um governo militar após a independência cubana e, no âmbito da discussão sobre anexação, o Congresso americano passou a Emenda Teller que comprometia oficialmente os Estados Unidos a não anexar a ilha ao seu território declarando que ela deve ter o direito inalienável de ser livre e independente (WRISTON, 1967; FRANKLIN, 1997); muitos americanos, todavia, acreditavam que os interesses econômicos iriam levar os cubanos a pedir a anexação formal futura.

Internamente, no entanto, retomava-se a discussão a respeito da anexação total em oposição a um imperialismo formal sem a incorporação de povos “*ingovernáveis*”; externamente, em Cuba, de um lado encaminhavam-se as eleições para governos municipais que formariam uma convenção para estabelecer um sistema de governo e de outro. O Governador Geral Leonard Wood tentava convencer os cubanos a pedirem a anexação total aos EUA. Schoultz (2000), nas palavras de Roosevelt, resume estas discussões

Não deveríamos prometer ou dar independência aos cubanos; deveríamos governá-los com justiça e equidade, dando-lhes todas as oportunidades possíveis de progresso civil e militar e que em dois ou três anos eles insistiram em ser parte de nós (p. 168)

Devemos lembrar que, nos anos seguintes à Guerra de Secessão, devido à vitória do norte, o ímpeto expansionista retrai fortemente, principalmente quanto à incorporação na união de povos latinos, como explica o senador William Yancey (SCHOULTZ, 2000, p. 102), *ignorantes, supersticioso e desmoralizados*. Os americanos, principalmente os sulistas, não ansiavam por incorporar na união negros e latinos e que estes povos eram considerados ingovernáveis, atrasados e desonestos, fazendo crescer a recusa em incorporar na união novos estados.

No final de 1898, Estados Unidos e Cuba assinam o Tratado de Paris pelo qual os EUA emergem com o controle de quatro novos territórios: Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam; ainda que neste ato fosse garantido a independência de Cuba, a bandeira hasteada em Havana foi a americana – e não a Cubana – indicando o período que se seguiria e o americano General Leonard Wood é colocado como governador da ilha, num governo militar instaurado pelos EUA, responsável por chamar as eleições para uma assembleia constituinte (FRANKLIN, 1997).

Por outro lado, no mar do Caribe, a aprovação do texto final da Assembleia Constituinte da Constituição, em 1901, não continha nenhuma referência às relações entre os Estados Unidos e Cuba. Em vista disso, a tarefa americana era vislumbrar um mecanismo pelo qual se pudesse conceder a independência formal à Cuba sem, no entanto, perder o controle sobre a nação que eles consideravam imprópria para o autogoverno (SCHOULTZ, 2000); assim, o Senado Americano, vendo seus interesses barrados, redigiu e aprovou um documento que deveria ser inserido na Constituição Cubana: a Emenda Platt<sup>6</sup>. Apesar da recusa cubana em aceitá-lo, os EUA deixaram claro que somente retirariam suas forças da região – dando a independência formal a Cuba - depois que os cubanos a acrescentassem em sua constituição.

É necessário lembrar que os americanos eram céticos quanto à capacidade de autogoverno dos cubanos (SCHOULTZ, 2000) e este documento estatuiu que Cuba devia vender ou arrendar terras aos Estados Unidos para estações navais, além de limitar os poderes de Cuba de concluir tratados e de sua capacidade de contrair

---

<sup>6</sup> O documento é chamado de emenda porque Platt e seus colegas senadores não completaram o trabalho até o prazo estipulado para ser apreciada como proposta de lei – antes do recesso do Congresso – e, assim, ela foi anexada como emenda ao projeto de lei do Orçamento do exercício fiscal de 1902.

dívidas e, ainda, dava aos Estados Unidos o direito de intervirem diretamente para protegerem a independência e manter a lei e a ordem, conforme o texto da Emenda<sup>7</sup>

[ART. III] O governo de Cuba consentirá em que os Estados Unidos exerçam o direito de intervir na preservação da independência cubana, na manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual (...). (SYRETT, 1960, p.250)

Fica evidente, portanto, no artigo III, destacado acima, que os EUA não aceitariam que o povo cubano tivesse autonomia nas suas decisões. Vê-se que as menções ao direito americano de intervir para *a manutenção de um governo adequado* abre a possibilidade de os Estados Unidos atuar sempre que as decisões políticas em Cuba afetassem seus interesses. Por conseguinte, a subordinação direta e constitucional de Cuba aos Estados Unidos impossibilitava o fortalecimento interno de uma força política popular. Sobre isto o historiador Gott (2006) escreve:

De maneira ainda mais desastrosa, e contrária ao desenvolvimento político da ilha, a Emenda permitia aos governos cubanos evocar a assistência americana sempre que fossem confrontados por uma oposição interna vigorosa – por trabalhadores ou camponeses, ou simplesmente por facções políticas rivais. (p. 133)

Consolida-se, assim, com a incorporação da Emenda Platt à constituição cubana – através da assinatura do *Tratado Permanente*, entre Cuba e Estados Unidos –, o domínio norte americano sobre Cuba, dado o projeto imperialista americano para a região, sedimentado sobre o discurso do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe. Os governos que se seguiram à independência estavam, em sua totalidade, associados aos interesses americanos por serem compostos por elites da antiga sociedade colonial: Cuba passou a ser uma pseudo-república, nas palavras do historiador Sader (2001), sob a tutela dos Estados Unidos e com uma característica neocolonial – como fica bastante visível no texto da Emenda Platt (SADER, 2001). Neste ínterim, a exclusão dos cubanos do Tratado de Paris, a instalação de um governo militar

---

<sup>7</sup> A Emenda Platt na íntegra esta anexada a este trabalho no Anexo I.

americano em Cuba e a Emenda Platt feriram a soberania cubana e frustrou a população que lutou pela independência da ilha - além de estimular a migração de muitos americanos para a ilha (SCHOULTZ, 2000). Sobre este período o historiador William (2009) escreve

A aquisição de Cuba levantou o dilema do que fazer em seguida. A independência com a anexação à união americana não eram opções atraentes, portanto Washington desenvolveu uma solução imaginativa de controle informal. A Emenda de Platt de 1901, com o nome do senador Orville Platt, que formalmente propôs as medidas ao Congresso, permitiu que os cubanos estabelecessem suas próprias leis, mas sua nova constituição deveria incluir quatro disposições: 1) os Estados Unidos tinham o direito de intervir como desejavam Proteger a independência de Cuba; 2) A dívida cubana tinha que ser limitada para que os credores europeus não pudessem usá-la como desculpa para usar a força para recolhê-la; 3) concessão aos Estados Unidos de um contrato de arrendamento de 99 anos da base naval em Guantánamo e 4) um extenso programa de saneamento para proteger o povo e tornar a ilha mais atraente para os investidores dos EUA.5 Em 1903, os Estados Unidos ratificaram um pacto tarifário Que deu preferência ao açúcar cubano nos Estados Unidos e à proteção de certos produtos norte-americanos em Cuba. O açúcar passou a dominar a economia cubana, que se tornou profundamente integrada à economia dos EUA. Profundamente impopular com os cubanos, a Emenda Platt formou a base da política dos EUA para a ilha até 1934. (p. 7)

Sendo assim, durante os quatro anos de governo militar americano em solo cubano, os EUA empenharam-se em criar um *governo limpo, de controle absoluto para estabelecer reformas legais e educacionais necessárias* (SCHOULTZ, 2000), ou seja, o governo e a sociedade civil americana empenharam um grande esforço de reconstrução e de adequação da ilha aos moldes capitalista de vida, modelando a economia e a sociedade em prol dos interesses americanos, transformando Cuba em uma espécie de laboratório para reformas governamentais progressistas (KARNAL, *et al.*, 2007). Podemos, ainda, perceber esta faceta da política norte-americana para cuba no artigo IV da Emenda Platt que diz que “*Todas as leis dos Estados Unidos da América em Cuba durante a ocupação são validades e ratificadas*” (SYRETT, 1960).

Vejamos que, nos anos que se seguiram, Cuba e os EUA aprofundaram suas relações, pois, de 1903 a 1904, os países firmaram diversos acordos em áreas

específicas visando emparelhar o estado cubano com os interesses americanos: primeiro, um acordo de reciprocidade comercial garantiu aos EUA controle sobre o mercado cubano, segundo, as consequências da Emenda Platt – no que tange às disposições do artigo VII em que *o governo de Cuba venderá ou arrendará aos EUA as terras necessárias para instalação de postos de abastecimento de carvão ou de estações navais (SYRETT, 1960)* –, possibilitou aos EUA as bases militares de Honda e Guantánamo, no mesmo ano que a administração Roosevelt conspirava pela separação do Panamá da Colômbia e arquitetava a construção do Canal do Panamá e, por fim, Cuba e Estados Unidos acordaram sobre as Ilhas Pines – em que Cuba abandonava suas reivindicações sobre as ilhas (FRANKLIN, 1997).

O *Tratado de Reciprocidade Comercial* entre Cuba e EUA, basicamente, definia que os produtos cubanos entrariam no mercado estadunidense a uma taxa 20% menor e, em contrapartida, Cuba receberia as mercadorias manufaturadas nos EUA também com redução tarifária, a depender do tipo de produto (REF). Por conseguinte, podemos afirmar que o supracitado tratado é um desdobramento da ingerência americana sobre Cuba e uma derivação da Emenda Platt pois, em última análise, ocasiona um panorama de dependência econômica – que pode ser inserido no debate do capitalismo dependente<sup>8</sup> – tornando a principal fonte de renda de Cuba (o açúcar) extremamente dependente dos EUA. Este tratado, portanto, possibilitou o controle da estrutura econômica cubana – referência que não fora abordada na Emenda Platt -

---

<sup>8</sup> A conceituação de capitalismo dependente, para fins deste trabalho, delimitando suas características peculiares na região do Caribe e América Latina, usamos a combinação dos estudos de Florestán Fernandes e Vânia Bambirra. Bambirra (2012) propõe a definição de “novas categorias analítico explicativas” para ser a base de uma “nova teoria da dependência”. A partir do que ela conceitua de tipologia histórico-cultural para os países da América Latina, ela sustenta que o atraso destes países foi uma consequência do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, condição para que este se desenvolvesse nas grandes potências capitalistas; ou seja, os países capitalistas centrais e os periféricos forma uma mesma unidade tornando, assim, possível o desenvolvimento de alguns e o atraso de outros. Para complementar, incluímos o pensamento de Fernandes (1973): sua explicação para o capitalismo dependente é sumariamente uma análise sociológica do subdesenvolvimento e exige o entendimento sobre como as classes sociais se organizam entre si para ou conservar, fortalecer e otimizar ou mesmo extinguir o regime social de produção; para o caso de Cuba, importa notar sua importância na classe política ligada aos EUA.

dada que grande parte das empresas e das terras produtoras do produto eram americanas.

Com Roosevelt na presidência, os Estados Unidos formulam as bases do já mencionado *Corolário Roosevelt (1904-1905)* que deve ser entendido como uma reafirmação da Doutrina Monroe (com elementos do Destino Manifesto) e, anteriormente, põe em prática a política que na história ficou conhecida como *Big Stick*. Nas palavras de Franklin (1997) a respeito deste período

“since the United States does not allow European nations to intervene in Latin America, then the United States has responsibility for preserving order and protecting life and property in those countries.” (p. 42).

Para *preservar a ordem e proteger a vida e a propriedade* Roosevelt usou da força dando ênfase à responsabilidade dos Estados Unidos em estabilizar a região, em especial Cuba, e assim garantir os valores e instituições anglo-saxãs para o sucesso da empreitada. Sendo assim, o *Big Stick* – a política originária do Corolário Roosevelt – foi posto em prática já em 1906: Cuba, em uma eleição fraudulenta, elegeu Estrada Palma para a presidência, gerando uma revolta da oposição e pedido de intervenção dos Estados Unidos. No entanto, os EUA não intervieram prontamente e a oposição se rebelou; Estrada, por sua vez, também apelou à ajuda dos EUA, alegando que não podia garantir a segurança dos cidadãos tampouco as propriedades dos Estados Unidos. Todavia, devido à recusa americana, Estrada renunciou por sua própria vontade e, então, Roosevelt foi forçado a estabelecer um governo provisório na ilha com apoio do exército americano, que foi capaz de manter a paz e a ordem. O governo provisório reescreveu a lei eleitoral e supervisionou eleições honestas (WILLIAMS, 2007); nesta eleição, em 1908, foi eleito Gómez – que havia se revoltado contra Estrada anos antes – após sua posse, os EUA deixaram a ilha, em 1909.

Após a segunda ocupação, os norte-americanos queriam evitar a necessidade de intervenção trabalhando com o presidente cubano, porém, sem sucesso. No início de 1912, veteranos da guerra de independência começaram a argumentar que espanhóis e cubanos apoiadores da Espanha deveriam ser afastados de seus empregos e, neste ínterim, Gómez viu uma oportunidade para recompensar tantos os veteranos quanto seus amigos com cargos no governo. Todavia, com a decisão de Gómez, a oposição rapidamente se aliou; os negros iniciaram uma imensa revolta exigindo emprego e flagrando a discriminação racial; a elite cubana, em pânico, propaga que o levante negro destruiria a propriedade privada e destruiria o comércio com os EUA. Os norte-americanos, por sua vez, se viram na iminência de uma intervenção: na figura do presidente Taft, enviaram, em Maio, canhoneiros de guerra para Guantánamo e Nipe Bay e desembarcaram homens em Cuba para proteger os campos de Cana-de-açúcar – da *Cuban-American Sugar Company* e da *Spanish-American Company*. (McPHERSON, 2016; WILLIAMS, 2007). Os EUA, em uma curta intervenção, conseguiram conter a revolta, garantir a continuação da atividade açucareira e reestabelecer o comércio e, assim, defender os interesses americanos em Cuba, no entanto, uma nova eleição em 1912, derrubou Gómez e colocou no poder Mario Menocal – presidente próximo aos EUA e grande apoiador dos negócios e do comércio.

A última grande intervenção direta norte-americana apoiada na Emenda Platt se deu durante a *Diplomacia do Dólar* quando da ruptura política em meio a conflitos armados e fraudes eleitorais. Por meados da década de 1910, os EUA contavam com um investimento em Cuba na ordem de \$1 bilhão de dólares – representando mais de um quarto de todos os investimentos norte-americanos em toda a América Latina

(McPHERSON, 2016) e o resultado das eleições cubanas de 1916 não agradou os EUA.

Disputaram a presidência Mario Menocal e Alfredo Zayas, os resultados deram a vitória a Menocal, porém o pleito que o levou ao poder fora fraudulento levando a um levante por parte dos liberais opositoristas. A oposição pediu pela intervenção americana nas novas eleições, planejadas para o início de 1917. Wilson, no entanto, seguiu a linha de atuação de seus sucessores e apoiou os cubanos já no poder, vendendo armas e munições de Menocal. Em 11 de fevereiro, o ex-presidente Gómez deu início a mais uma revolta e, devido a isto, os americanos tiveram de agir novamente: três navios norte-americanos foram mandados à ilha.

Neste contexto, mais de 2500 soldados acabariam por desembarcar em Cuba com a missão de proteger os campos de cana-de-açúcar que os rebeldes ameaçavam queimar. Com a ajuda americana, foi restaurado a ordem e Menocal retomou o exercício em março, liberando nova anistia para a oposição (McPherson, 2016). Todavia, ao contrário do ocorrido na intervenção anterior, eleições previstas para 1920 foram mediadas pelos americanos através de uma comissão eleitoral, presidida pelo general americano Enoch Crowder, responsável, na época, a fazer um censo e contabilizar o número de cubanos.

As eleições de 1921 novamente foram tumultuadas: devido a uma crise econômica – originária do pós-guerra – que fez os preços do açúcar despencarem, os liberais, liderados por Gómez, retiram-se da corrida presidencial entregando o cargo à Zayas. Devido a seu posicionamento político anti-americano, os EUA mais uma vez viram a necessidade de intervir na ilha: Crowder volta a Cuba para supervisionar as reformas do novo presidente (SCHOULTZ, 2009; WRISTON, 1968) e, inclusive, como coloca Alan McPherson (2016) *Crowder gave Zayas detailed reforms to follow*

*and even approved his Cabinet (p.52)* demonstrando o limite da ingerência americana na política interna da ilha. Ao final das reformas e da estabilização da política cubana, os EUA retiram-se mais uma vez, deixando o governo a cargo de forças políticas ligadas aos interesses americanos. Alan McPherson escreve

Em 6 de janeiro de 1922, todas as forças norte-americanas deixam Cuba, exceto as de Guantánamo. Como em 1906-1909 e 1912, as forças americanas não lutaram diretamente em conflito. Ao final da ocupação, os Estados Unidos foram responsáveis por 73% de todas as importações da ilha e por 84% do total de exportações cubanas. Dois anos depois, os investimentos dos EUA em Cuba foram chegaram US \$ 1,2 bilhão.

É fácil perceber que, ao final do período, os laços econômicos de Cuba com os EUA são extremamente fortes e os norte-americanos são deveras beneficiados por esta relação – por controlarem desde os meios de produção até, no limite, a evolução política. Ainda, em todas as ocupações norte americanas do período da independência até o final da Primeira Guerra, sob a tutela da Emenda Platt, o exército americano não precisou entrar em combate ou confronto direto, bastando apenas o intermédio e a ameaça: isso demonstra o bom uso da força como forma de persuasão e barganha e a condução da já destacada política externa para a região - a *Diplomacia do Dólar* e a *o Big Stick*, ambas baseadas na Doutrina Monroe – que preferia relacionar-se com os vizinhos de uma maneira firme e baseado na força econômica americana.

As motivações americanas para as intervenções em Cuba – e também nos demais países vizinhos – são em grande parte a proteção dos seus investimentos na região, mas também um reformismo político – seguindo a ideia de expandir a civilização americana pelo Destino Manifesto –; a competição com a Europa – na disputa por novos mercados –; e, por fim, um paternalismo racista – visto que a união americana já não mais pretendia incorporar estados *inferiores* aos seus domínios mas, a necessidade de expandir seus mercados, leva os EUA a construir as bases do seu imperialismo como forma de escoar a sua produção.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Segundo o professor Benjamin (1974), a presença econômica de países hegemônicos em países dependentes tomam muitas formas, basicamente:

a) comercial, pelo qual os bens do país hegemônico dominam a pauta de exportação e importação; b) matéria-prima, nas quais a produção de depósitos de subsolo são ou propriedades ou controlados por estrangeiros e dominam a estrutura de exportação do estado dependente c) agrícola, em que a base terrestre, a produção de alimentos e fibras ou as unidades agrícolas de grande escala são detidas ou controladas por empresas estrangeiras; e d) infraestrutural e industrial, nas quais as redes de comunicação, as fontes de energia e a produção em massa de bens de consumo e de capital são detidas ou estão fortemente alienadas ao capital estrangeiro (p.13 – tradução própria)

sendo assim, podemos perceber que a presença econômica americana em Cuba, ao final do período exposto, tomaram todas as proporções citadas acima; ainda, a forte intervenção política sofrida desde a independência, demonstram que a presença política americana na ilha cubana focaram a manutenção da ordem e o alinhamento de Cuba às pretensões e aos interesses americanos.

No entanto, conforme mostrado anteriormente, apesar do longo interesse americano por Cuba, na derrocada final da Guerra Hispano-Americana e vislumbrada a possibilidade de anexar finalmente Cuba à união americana optou-se por manter a ilha independente; por outro lado, o território das Filipinas, de Guam e de Porto Rico foram anexados aos Estados Unidos. A questão que cabe é: quais foram as motivações para a não anexação de Cuba ainda que intencionada há longa data?

Ao longo deste trabalho, procurou-se delinear primeiramente as conceitos de política americana para perceber como eles agiram sobre as tomadas de decisões de política externa no âmbito da expansão territorial e das pretensões sobre os territórios caribenhos e da fronteira do Pacífico. Assim sendo, percebeu-se que o isolacionismo pertinente nos primeiros anos da federação americana paulatinamente foi ganhando impulsos expansionistas até, no máximo, atingir o atual imperialismo. Diversos

fatores contribuem para que os Estados Unidos construam sua visão sobre o exterior e sobre a necessidade de expandirem-se na região e expulsar a Europa do continente.

Percebeu-se que a evolução do imperialismo americano – iniciado primeiramente com modestos expansionismo dentro do seu continente – tem seu momento de transformação de uma esfera regional para um âmbito global na virada do século XIX para o século XX quando do final da Guerra Hispano-Americana que opôs os Estados Unidos à uma das maiores potencias europeias da época, refletindo um novo momento da política externa norte-americana. A construção interna de suas doutrinas e princípios – conforme abordados no texto – possibilitou a legitimação perante a sociedade americana e a sustentação no Congresso das ações tomadas. Desta forma, os EUA conseguiu expulsar a influência europeia no continente americana despontando com o guardião desta região e garantindo sua posição de destaque nas relações internacionais. Portanto, o Tratado de Paris irá consolidar este processo expansionista americano e, neste ínterim, os território caribenhos e do Pacífico desempenham papel central.

Assim, concluímos neste trabalho que Cuba foi a representação máxima desta expansão americana pois, ainda que longamente almejada a entrar na União, os efeitos da Guerra de Secessão e da proximidade com os latinos – nas intervenções na Nicarágua, no Panamá, na Venezuela – bloquearam este intento quando da possibilidade de ocorrer. Os motivos pela opção do protetorado são diversos é essencial lista-los.

Primeiramente, o final da Guerra de Secessão liberou o ímpeto expansionista, puxado deveras pelos estados sulitas que, racistas, não interessavam mais a incorporar na união povos inferiores – negros e latinos, principalmente. Deste fato, cresce a força do grupo dos anti-imperialistas, contrário a expansão e a anexação de novos

territórios e responsáveis pela formulação e aprovação da Emenda Teller – que proibia os EUA e incorporarem Cuba quando da sua independência. Não somente isto mas, em grande parte, a não anexação se deve ao fortalecimento de aspectos intrínsecos ao Destino Manifesto - como a inferioridade dos povos latinos e a incapacidade destes para o autogoverno – e, sobretudo, a crença de grande parte da opinião pública e política americana de que, com a independência, Cuba iria pedir a anexação aos EUA- fato que jamais ocorreu e, pelo contrário, conforme destacado, devido à condução das políticas americanas um sentimento antiamericano pôde florescer pelo Caribe.

Por fim, a mais importante das motivações que levou os EUA a não anexar Cuba – contrariamente do que se esperava - foi a questão econômica. Visto que a produção de Cuba – notadamente algodão, rum e, principalmente, o açúcar – competiria diretamente com a produção doméstica dos estados do Sul e do Oeste dos Estados Unidos, produtores principalmente de açúcar de beterraba, o ímpeto de anexar Cuba foi freado. Aglutinados neste desejo de proteção econômica, um forte grupo de oposição à anexação, encabeçado por Henry Teller, foi formado e, com força, conseguiu passar a Emenda Teller e, desta forma, afastar a possibilidade de Cuba vir a se tornar um estado da união.

Este fato é, seguramente, o ponto de inflexão desta relação, visto que desde os primórdios da construção da nação americana, os EUA ansiavam por dominar Cuba; todavia, somente na década de 1880 ocorre o *boom* da produção açucareira no oeste levando, então, o Congresso a rever seu posicionamento e se opor, por conseguinte, à anexação de terras adequadas a produção de açúcar (e derivados), ou seja, Cuba.

No que tange às anexações no Pacífico e de Porto Rico, a situação era diferente. Ainda que houvesse uma resistência a anexação das Filipinas (e demais

regiões no Pacífico) de uma pequena coalizão profundamente heterogênea formada por uma maioria de democratas do Norte e uma minoria de republicanos do Leste eles acabaram fracassando. Do outro lado, a maioria aglutinava-se em torno de uma elite bélica que defendia a existência de uma marinha de guerra e que viam, na ocupação das Filipinas a capacidade de defender a costa americana do Pacífico; este grupo político estava centralizado em torno do pensamento de homens como William Howard Seward e, posteriormente, Alfred Mahan que propunha as basicamente três condições essenciais para a ascensão dos EUA, todos enfatizando a necessidade de os EUA se tornarem uma potência naval: a) a construção de um canal na América Central (ligando o Atlântico ao Pacífico), b) a necessidade de uma marinha de guerra; c) o estabelecimento de um posto militar na região do Pacífico para intensificar as relações com a China.

Portanto, conclui-se neste trabalho que o movimento expansionista americano, iniciado no período da sua independência sofreu reveses diversos ao longo dos anos e modificações substanciais: desde a formação de seus princípios e conceitos de política externa, sua remodelação pós Guerra de Secessão e sua expressão máxima no período do imperialismo. Vimos que foi durante o século XIX que os Estados Unidos pode, paulatinamente, aumentar sua influência na sua região e no seu continente e, assim, afirmar seu poder frente ao mundo e à América Latina: concluimos, portanto, que o momento que marca esta posição, ou seja, o abandono do isolacionismo americana para uma posição protagonistas nas relações internacionais, é o final da Guerra Hispano-Americana.

Por fim, pude-se concluir, ao longo deste texto, que a expressão máxima da expansão americana é a ilha de Cuba e o regime protetorado criado ali quando do final da Guerra Hispano-Americana, da assinatura do Tratado de Paz de Paris e,

posteriormente, da conclusão do intervencionismo e da influência americana sobre o governo cubana através da Emenda Platt. Comparativamente às anexações americanas no Pacífico, podemos perceber que tanto lá quanto no Caribe, se desenvolveram sob o olhar americano de necessidade de expansão de mercados baseados na missão americana e na peculiaridade de seu povo e seu governo, no entanto, podemos concluir que, aquém das duas semelhanças, existe uma diferença notável no que tange a não anexação de Cuba e, através da nossa exposição, procuramos delinear as motivações americanas que levaram a opção do protetorado ante a anexação. Sendo assim, tendo como foco a ingerência norte-americana na ilha de Cuba (desde a guerra contra a Espanha e suas consequências) esperamos ter contribuído para o debate sobre a postura norte-americana para a América Latina e contrapor e chamar a atenção para a excepcionalidade do caso Cubano.

## 6. ANEXOS

### 6.1. Emenda Platt, 1902

Em cumprimento da declaração contida na resolução conjunta aprovada em 20 de Abril de 1898, intitulada “*Para o reconhecimento da independência do povo cubano*”, exigindo que a Espanha renuncie a sua autoridade e seu governo na Ilha de Cuba e que retire suas forças terrestres e marítimas de Cuba e de suas águas e ordenando ao Presidente dos Estados Unidos que faça uso das forças de terra e de mar dos Estados Unidos para efetivar estas resoluções, o Presidente, via o presente documento, fica autorizado em deixar o Governo e o controle desta Ilha a seu povo tão quanto for estabelecido um governo constitucional pelo qual, como parte do mesmo documento, ou uma lei agregada a este, se definam as futuras relações entre Cuba e os Estados Unidos, substancialmente, com segue:

[Art. I] O governo de Cuba nunca celebrará nenhum tratado ou pacto com qualquer potencia ou potencias estrangeiras que venham a reduzir ou tender a reduzir sua independência, e tampouco dará autorização ou permissão a nenhuma potencia ou potencias estrangeiras para instalar-se, por colonização ou com propósitos militares ou navais, ou de outro modo qualquer, em qualquer área da ilha nem controlar a mencionada área.

[Art. II] O governo de Cuba não assumirá ne contrairá nenhuma dívida pública...para cujo pagamento final as rendas comuns da ilha de Cuba...sejam inadequadas.

[Art. III] O governo de Cuba consentirá em que os Estados Unidos exerçam o direito de intervir na preservação da independência cubana, na manutenção de um governo adequado a proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual,

e no pagamento das obrigação relativas a Cuba impostas pelo tratado de Paris aos Estados Unidos.

[Art. IV] Todas as leis dos Estados Unidos em Cuba durante a ocupação militar da ilha são ratificadas e validadas.

[Art. V] O governo de Cuba executará... os planos já esboçados ou outros, sobre os quais haja mútua concordância, para o saneamento das cidades da ilha, ...

[Art. VI] Que a Ilha dos Pinheiros [atual Ilha da Juventude] será omitida dos limites de Cuba propostos pela constituição, deixando para um futuro arranjo por Tratado a propriedade da mesma

[Art. VII] Para criar as condições necessárias pra os Estados Unidos garantirem e proteger a independência de Cuba, bem como a própria defesa da ilha, o governo de Cuba venderá ou arrendará aos Estados Unidos as terras necessárias à instalação de postos de abastecimento de carvão ou de estações navais em pontos especificados em concordância com o presidente dos Estados Unidos.

[Art. VIII] Para maior segurança futura, o governo de Cuba irá inserir as disposições anteriores em um Tratado Permanente com os Estados Unidos

## REFERÊNCIAS

AGONCILLO, Teodoro A. MALOLOS: **The Crisis of the Republic**. Disponível em: <<http://www.msc.edu.ph/centennial/treaty1898.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_, Luis Fernando. **A Política Externa dos Estados Unidos e a Trajetória do Desenvolvimento Cubano**. Perspectivas, São Paulo, v. 21, n. 20, p.197-221, 1998

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente latino-americano**. São Paulo: Insular, 2012.

BENJAMIN, Jules Robert. **The United States and Cuba: Hegemony and Dependent Development, 1880–1934**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1974.

BRERETON, F. S.. **Under the Star-Spangled Banner: A Tale of the Spanish-American War**. Illinois: The Project Guttenberg, 2012.

DOBSON, John M.. **Belligerents, brinkmanship, and the big stick: a historical encyclopedia of American diplomatic concepts**. Santa Barbara, California: Abc-clio, Llc, 2009.

FERNANDES, Florestán. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1873.

FRANKLIN, Jane. **Cuba and the U.S. Empire: A Chronological History**. New York: Ocean Press, 1997.

GOTT, Richard. **Cuba: Uma Nova Historia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. **La expansión territorial de los Estados Unidos: a expensas de España y de los países americanos**, 2 Ed. Havana: Editora del Consejo Nacional, 1964.

HALSTEAD, Murat. **The Story of the Philippines and Our New Possessions, Including The Ladrones, Hawaii, Cuba and Porto Rico, The Eldorado of the Orient**. Illinois: The Project Guttenberg, 2004.

HOBSBAWN, Eric (Org.). Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGERS, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra. 1977

\_\_\_\_\_, Eric. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. São Paulo: Paz e Terra. 1977

\_\_\_\_\_, Eric. **A Era das Impérios: 1875 – 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

JOHNSON, Willis. **The History of Cuba**. New York, 1920.

MAHAN, Alfred T.. **The Influence of Sea Power Upon History: 1660 – 1783**. The Project Gutenberg, eBook. 2004.

MCPHERSON, Alan. **A Short History of U.S. Interventions in Latin America and the Caribbean**. Malden, Usa: John Wiley & Sons, Inc., 2016. (Themes and Interpretations in Latin American History).

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a História).

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. De Martí a Fidel. **A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOORE, John Basset. **The Question of Cuban Beligerancy**. Forum 21, 1960. In: SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: Poder e Submissão: uma historia da política norte-americana em relação à América Latina. Baurú: Edusc, 2000. 504 p. (Coleção Ciências Sociais).

NATIONAL HISTORY DAY, Usa Nhd. **Our Documents**: Transcript of Platt Amendment (1903). Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=55&page=transcript>>. Acesso em: 13 out. 2016.

NAVARRO, José Cantón. **History of Cuba**. Havana: SI-Mar, 2000.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RAMOS, André Luiz Araújo; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo. **Religião Civil, Destino Manifesto e Política Expansionista Estadunidense**. Ameríndia, Ceará, v. 4, n. 2, p.2-17, fev. 2007.

SALAZAR, Luiz Suárez et al. **Las Relaciones Interamericans**: continuidades y cambios. Buenos Aires: Campus Virtual de Clacso, 2008.

SCHOULTZ, Lars. Estados Unidos: **Poder e Submissão**: uma historia da política norte-americana em relação à América Latina. Baurú: Edusc, 2000. 504 p. (Coleção Ciências Sociais).

SADER, Emir. **Cuba: Um Socialismo em Construção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume, 2007.

SYRETT, Harold C. (Org.). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1960.

RICHARDSON, James D.. **A compilation of the Messages and Papers of the Presidents** - Vol. II, Parte II. Illinois: The Project Gutenberg, 1980. Disponível em <<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/metabook?id=mppresidents>> acesso em 18 Set 2016.

\_\_\_\_\_, James D.. **A compilation of the Messages and Papers of the Presidents** - Vol. X, Parte II. Illinois: The Project Gutenberg, 1980. Disponível em <<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/metabook?id=mppresidents>> acesso em 03 Nov 2016.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, Dec. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200115&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 29 Set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400307>.

TOCQUEVILLE, Alexis De. **De la Démocratie en Amérique**. 12 Ed. Paris: Institut Copet.

WILLIAMS, Gary. **US-Grenada Relations: evolution and intervention in the backyard**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

WOOD, Bryce. **The Making of the Good Neighbor Policy**. New York: Columbia University Press, 1961. 428 p.

WRISTON, Henry. Perspectiva Histórica. In: PLANK, John (Ed.). **Cuba e os Estados Unidos: Perspectiva no Tempo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1968. Cap. 1. p. 17-62. (Política e Atualidade).

## FONTES

Emenda Platt, 1902. In: GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Apêndice B.

Tratado de Paz de Paris de 1899. Versão em espanhol: disponível em [https://es.wikisource.org/wiki/Tratado\\_de\\_Par%C3%ADs\\_\(1899\)](https://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Par%C3%ADs_(1899)). Acesso em 20 Set 2016.

Cuba e United States. "Tratado de Reciprocidad Comercial entre la República de Cuba y los Estados Unidos de América" (1903). Cuban Law. Book 12. Disponível em: [http://ecollections.law.fiu.edu/cuban\\_law/12](http://ecollections.law.fiu.edu/cuban_law/12). Acesso em: 20 Set 2016.